

Curtoprazismo

Luiz Filgueiras, Fernanda Feil, Rosa Maria Marques, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ladislau Dowbor, David Deccache, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Paulo Kliass, Maria Malta, Ian Horta, Luciana da Silva Ferreira, Roberto de Souza Rodrigues, Helena Lastres, José Cassiolato, Marina Szapiro e Antonio Corrêa de Lacerda analisam as causas e consequências da incapacidade política e institucional brasileira de abandonar a lógica do curto prazo, a aversão ao planejamento, a inexistência de um projeto de nação, a inadequação das políticas curtoprazistas para responder aos desafios do século XXI, a subordinação das elites econômicas e políticas ao império e sistema financeiro e o projeto de longo prazo imposto pelas classes dominantes.

Jônatas da Silva Abreu Aarão escreve para a série "Atualizando o debate sobre dependência econômica"



Curtoprazismo

■ Por que não conseguimos pensar além da próxima crise conjuntural?

Luiz Filgueiras, da Ufba, avalia que, com a constituição do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico no início dos anos 90, o debate e luta político-econômica se restringem a objetivos e políticas conjunturais de curto prazo.

Fernanda Feil, da UFF, questiona se teremos a capacidade política e institucional de abandonar a lógica do curto prazo e construir um horizonte de desenvolvimento capaz de responder aos desafios do século XXI.

Rosa Marques, da PUC-SP, afirma que o curttoprazismo é um fenômeno mundial, produto da hegemonia financeira no capitalismo contemporâneo.

Bresser-Pereira, da FGV, acredita que o Brasil não tem um projeto de nação desde os anos 1980, porque suas elites econômicas e políticas insistem em se subordinar ao império.

Ladislau Dowbor, da PUC-SP, destaca que a inclusão produtiva, resgate do uso produtivo dos recursos financeiros e descentralização e atualização da gestão são eixos importantes para avançarmos.

David Deccache, do IFFD, argumenta que o que aparece como curttoprazismo é, na realidade, a forma pela qual o projeto de longo prazo das classes dominantes se impõe no país.

Plínio de Arruda Sampaio, do Contrapoder, enfatiza que os donos do poder promovem um simulacro de debate de Projeto Nacional, que apresenta os seus interesses egoístas como se fossem os da população.

Paulo Kliass, especialista em políticas públicas, constata que faz algumas décadas que o curttoprazismo converteu-se na regra. O planejamento governamental tornou-se uma impossibilidade.

Maria Malta e Ian Horta, do Lema, analisam as condições históricas que culminaram na ditadura do curttoprazismo no Brasil. Temos sim um projeto de país, não aberto à discussão, de inserção internacional dependente.

Luciana Ferreira e Roberto Rodrigues, da UFRRJ, ressaltam a assimetria temporal e de interesses entre a lógica do desenvolvimento econômico e a da consolidação fiscal.

Helena Lastres, José Cassiolato e Marina Szapiro, da RedeSist, alertam para as amarras postas aos Estados, que impedem o planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento de longo prazo no mundo inteiro.

Antonio Lacerda, do BNDES, salienta a importância das eleições de 2026 para afirmação do Estado democrático de direito, pré-condição para políticas públicas voltadas a um projeto de desenvolvimento.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Jônatas Aarão.

Sumário

Brasil: qual o projeto de desenvolvimento possível?	3
<i>Luiz Filgueiras</i>	
Curttoprazismo e a urgência de pensar o futuro	6
<i>Fernanda Feil</i>	
O curttoprazismo e o lugar do planejamento de longo prazo nos dias atuais	8
<i>Rosa Maria Marques</i>	
Por que o Brasil não tem um projeto nacional	10
<i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i>	
Um projeto Brasil? Novos rumos, mas sobretudo resgatar o controle	12
<i>Ladislau Dowbor</i>	
Curttoprazismo para quem?	14
<i>David Deccache</i>	
Esperando Godot	17
<i>Plínio de Arruda Sampaio Júnior</i>	
O curttoprazismo como regra	19
<i>Paulo Kliass</i>	
A ditadura do curttoprazismo: encontros entre conservadorismo e liberalismo no Brasil	21
<i>Maria Malta e Ian Horta</i>	
Desenvolvimento econômico sob limites autoimpostos: os dilemas da economia brasileira	23
<i>Luciana da Silva Ferreira e Roberto de Souza Rodrigues</i>	
Financismo, curttoprazismo e o ocaso dos projetos de desenvolvimento de longo prazo	25
<i>Helena Lastres, José Cassiolato e Marina Szapiro</i>	
Avanços e contradições da economia brasileira no Governo Lula III	28
<i>Antonio Corrêa de Lacerda</i>	
O que a guerra comercial entre Estados Unidos e o resto do mundo revela? Notas sobre o imperialismo e a dependência	30
<i>Jônatas da Silva Abreu Aarão</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 - Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Luis Gustavo Vieira Martins. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2026-2028) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026) Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027) José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2026-2028) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026) Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027) Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva, José Ricardo de Moraes Lopes.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2025 a 2028

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: Fernando D'Angelo Machado, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: Antonio dos Santos Magalhães, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares.

Conselho Fiscal: Maria da Glória Vasconcellos T. Lacerda, André Luiz Silva de Souza, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Brasil: qual o projeto de desenvolvimento possível?

Luiz Filgueiras*

Introdução

No Brasil, a disputa por um Projeto Nacional de Desenvolvimento – com a definição de sua natureza e de quais forças político-sociais o lideraria – sempre esteve na ordem do dia, ocupando corações e mentes da sociedade brasileira, em especial dos seus economistas. Mais concretamente, para as forças políticas de esquerda, um Projeto de Desenvolvimento capitalista “autônomo”, “autocentrado” e não dependente ou subordinado ao imperialismo.

A busca por esse desenvolvimento iniciou-se, pelo menos, desde os anos 1930, quando, durante e após a grande crise do capitalismo, começou a deslanchar o processo de “industrialização por substituição de importações”. Comandado pelo Estado, e possibilitado pela relativa autonomia deste em relação a uma burguesia industrial débil (em formação) e uma burguesia cafeeira fragilizada, esse processo se beneficiou de um momento de perplexidade e introspecção do imperialismo – com a paralisia parcial das relações internacionais (sobretudo o comércio) e uma nova onda de políticas protecionistas nos países centrais.

Nesse período, de acelerada industrialização, constituiu-se a base sociomaterial do chamado “desenvolvimentismo” (político-ideológico). Até meados dos anos 1950 reconhecido como uma espécie de “nacional-desenvolvimentismo” e, posteriormente, com a vinda de filiais das empresas multinacionais durante o Governo JK, identificado como um “desenvolvimentismo associado” – conduzido politicamente, a partir de 1964, por uma ditadura militar e o seu pensamento de “Brasil Potência”.

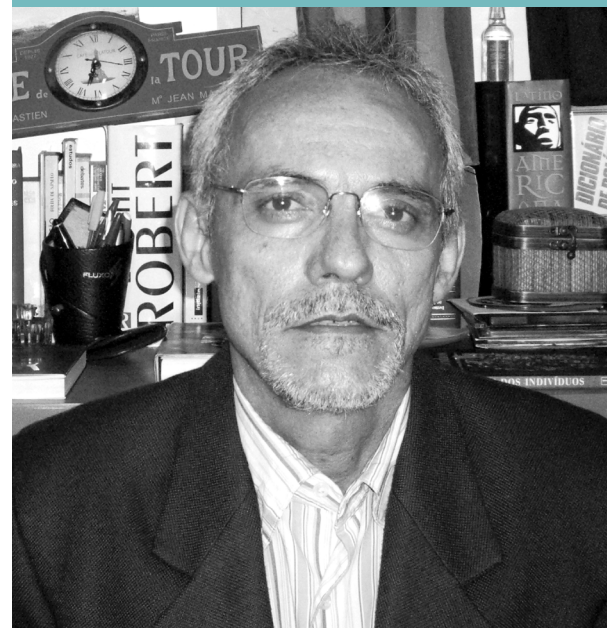
Como se sabe, esse processo de cinquenta anos de “modernização capitalista”, caracterizado por altas taxas de crescimento e gran-

de concentração da propriedade e da renda, entrou em crise nos anos 1980. As grandes transformações por que passou o capitalismo, a partir dos anos 1970 nos países imperialistas e, no Brasil, a partir do início da década de 1990, abortaram o seu desenvolvimento industrial, dando origem a um processo de “desindustrialização” precoce e regressiva.

Precoce porque teria se iniciado com um nível de renda *per capita* inferior ao dos países centrais quando o fenômeno lá começou; e regressiva porque, diferentemente da que ocorreu nos países centrais, ela não significou um salto tecnológico à frente, que levasse a uma especialização em segmentos industriais e de serviços que estão hoje na vanguarda do capitalismo – ancorados, sobretudo, nas tecnologias de informação e comunicação (TICs). E tanto os governos neoliberais como os “neodesenvolvimentistas”, em razão de suas políticas econômicas adotadas, estimularam ou sancionaram essa desindustrialização.

O país faz uso dessas tecnologias da 3ª e 4ª revoluções tecnológicas, mas, no fundamental, não as produz, nem as desenvolve. Na contraface da desindustrialização, o impacto maior se manifestou no agronegócio, que, com a intensificação tecnológica do seu processo produtivo e o apoio fundamental do Estado, se tornou fortemente competitivo no plano internacional. O capital aí presente, associado ao capital financeiro (nacional e internacional), desde a década de 2000, está na vanguarda do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, determinando, junto com a indústria extrativa-mineral, o tipo de inserção produtiva-comercial do país na divisão internacional do trabalho.

O país exporta *commodities* industriais e agrícolas e, em contrapartida, importa produtos de alta intensidade tecnológica. E, na dimensão financeira, se transformou, sobretudo através de sua dívida pública, em uma plataforma de acumulação financeira, acolhendo



CLIQUE E OUÇA



capitais de curto prazo – que entram e saem pela Conta de Capitais do Balanço de Pagamentos a depender de cada conjuntura. Em síntese, dependência tecnológica e financeira.

Mas, apesar de todas essas transformações, que desfiguraram a base material e de classe que deu origem ao “desenvolvimentismo”, e após um período de hegemonia absoluta do ideário e das políticas neoliberais durante os anos 1990, o mantra de um Projeto Nacional desenvolvimentista retornou à cena político-econômica brasileira – agora renomeado como (neo)desenvolvimentismo (crescimento com distribuição de renda) e assumindo o lugar de ser, supostamente, a única alternativa possível ao “Projeto Neoliberal” de caráter antinacional.

Como desdobramento disso, desde os anos 2000, principalmente a partir do primeiro governo Lula, a tradicional oposição e disputa (teórica e política) entre ortodoxia e heterodoxia passou a se expressar na oposição e disputa entre ortodoxia (neoliberal) e (neo)desenvolvimentismo. A partir daí, e até hoje, essa disputa tem marcado e circunscrito o debate econômico-político sobre os rumos da economia brasileira. Mas independentemente dessa disputa, o país, desde os anos 1990, caminhou para a constituição de um novo Padrão de Desenvolvimento Capitalista (Liberal-Periférico), que substituiu o Padrão de Substituição de Importações – trazendo para o primeiro plano e consolidando a hegemonia do capital financeiro.

A partir daí, a dominância desse capital, caracterizado pela volatilidade/instabilidade e pautado por uma lógica de curto prazo, se difundiu para todas as atividades e setores econômicos, orientando e condicionando o comportamento das classes e frações de classe constitutivas da sociedade brasileira, inclusive de seus segmentos subalternos. Em especial, difundiram-se os valores fundamentais da “governamentalidade neoliberal”: competição, individualismo e empreendedorismo.

O Brasil é uma nação?

Em se tratando da questão do desenvolvimento capitalista, essa é a pergunta que deve ser respondida antes de qualquer outra, em particular antes de se questionar se

um Projeto Nacional de natureza desenvolvimentista, encapsulado no capitalismo dependente brasileiro, é possível de ser implementado. E, mais ainda, quando esse capitalismo passou, desde os anos 1990, a ser conduzido pelo capital financeiro e, mais recentemente pelo capital-conhecimento.

Há décadas Caio Prado Jr. já nos alertava para o fato de o Brasil ser uma “nação incompleta”, como consequência da natureza antinacional de suas classes dominantes, histórica e precocemente articuladas com o imperialismo. A sujeição ao capital internacional e sua dependência à superexploração do trabalho, ambas estruturalmente associadas à transferência de excedentes para os países centrais, inviabilizou a sua capacidade de construir uma nação integrada – que, por definição, exige a incorporação dos interesses (mesmo que parcialmente) das classes dominadas.

Portanto, a possibilidade da construção de uma nação (completa), no limite do horizonte capitalista, está diretamente associada à capacidade de suas classes dominantes-dirigentes implementarem um projeto de desenvolvimento que tenha relativa independência do imperialismo e que não se apoie na superexploração do trabalho. Essas são as duas condições essenciais para que elas possam comandar, de forma hegemônica, um Projeto de Desenvolvimento Nacional que, ao incorporar em seus objetivos e em sua natureza as necessidades das classes dominadas, constitua a própria nação.

Desde a crise da dívida externa dos anos 1980, a Coreia do Sul e, mais recentemente, a China, duas sociedades milenares, passaram a ser referências no debate sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro – apesar das ressalvas sobre as especificidades e diferenças desses países em relação ao Brasil.

No caso da Coreia, os denominados “economistas desenvolvimentistas” destacaram as políticas industriais do Estado e o alto grau de escolaridade de sua força de trabalho; enquanto a ortodoxia, em sentido contrário e contra os fatos, apontou a implementação das políticas neoliberais como a razão fundamental da ascensão desse país. Com relação à China, o debate se situa, essencialmente, no campo da Economia Po-

lítica: de um lado, os que enxergam nessa experiência de desenvolvimento um socialismo de mercado inovador, comandado, acima dos capitais privados, pelo Estado sob o controle do Partido Comunista; e, de outro, os que a definem como um capitalismo desenvolvimentista em que, diferentemente do capitalismo neoliberal, o Estado ocupa o centro do processo de acumulação.

Em ambos os casos, as circunstâncias históricas dessas duas experiências de desenvolvimento (capitalista) são, em geral, desconsideradas, no seu aspecto fundamental, qual seja: o compromisso de suas classes dominantes com a constituição da nação e, consequentemente, com a liderança e implementação de um “Projeto Nacional”.

A Coreia do Sul moderna, produto da Guerra Fria e de uma guerra civil que a inseriu na geopolítica do imperialismo, teve o apoio fundamental dos EUA e do Japão em seu processo de industrialização – que criou os seus grandes grupos econômicos (os Chaebols) e constituiu uma burguesia nacional a partir das políticas de Estado.

A China, por sua vez, após a revolução nacional-democrática de 1949 e, posteriormente, a tentativa de caminhar para o socialismo, reorientou o seu desenvolvimento a partir do final da década de 1970, inserindo-se no processo contemporâneo de “mundialização do capital”. Mas, diferentemente da União Soviética, o fez com o total e restrito controle do partido-Estado comunista, que comandou a forma de relacionamento com o capital-imperialista (a participação das multinacionais) que alavancou a sua industrialização. Do mesmo modo, o Estado definiu as reformas econômicas e institucionais a serem realizadas, e controlou a sequência delas, que fizeram a transição para uma “economia de mercado” (capitalista ou socialista?) e, da mesma forma que a Coreia, criou uma burguesia nacional identificada com a nação.

No caso do Brasil – desde o início inserido na ordem capitalista mundial, com suas classes dominantes constituídas e formadas pela escravidão que durou quase quatro séculos e, na sequência, alimentadas pela superexploração do “trabalho livre” –, a constituição da nação (completa), mesmo após à independência política, não se tornou um objetivo a

ser alcançado. Caracterizado por um capitalismo retardatário dependente, fruto de uma “revolução burguesa passiva” (1930) que não rompeu radicalmente com a antiga classe latifundiária-escravista, o país não conseguiu constituir uma burguesia nacional, com relativa independência frente ao imperialismo, comprometida com um Projeto de Desenvolvimento democrático e inclusivo dos interesses de suas classes dominadas.

O período entre 1930-1955, do nacional-desenvolvimentismo, foi o único momento da história brasileira que acenou com a possibilidade, e talvez, a viabilidade de um Projeto Nacional, articulado e comandado pelo Estado e com o apoio de uma burguesia industrial ainda em formação. Posteriormente, contudo, essa utopia foi derrotada econômica e politicamente: primeiro pela entrada maciça de capitais estrangeiros (a partir do Governo JK), que acelerou, consolidou e passou a liderar o processo de industrialização e acumulação; e, segundo, pela instauração, a partir de 1964, da Ditadura Militar que dirigiu o país (com apoio de suas classes dominantes e do imperialismo) por mais de vinte anos.

Esses dois momentos abortaram a possibilidade de constituição de uma burguesia nacional, identificada com a nação e um Projeto Nacional que fosse a sua expressão. Em sentido contrário, a grande burguesia brasileira (as suas frações fundamentais) aprofundou seus laços com o imperialismo e se apartou, cada vez mais, da nação. O seu temor do protagonismo popular e sua obsessão pela superexploração do trabalho a fez uma classe social reacionária, avessa às conquistas sociais (mesmo que parciais) duramente obtidas pela maioria da população, e que milita permanentemente contra a distribuição da propriedade e da renda, e pela manutenção das enormes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

Conclusão

Desde o início da década de 1990, com a constituição do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico, implementado e aprofundado ativamente pelos governos neoliberais de Collor, FHC, Temer e Bolsonaro, e aceito passiva e tacitamente pelos governos “(neo)



desenvolvimentistas” do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, o debate e a luta político-econômica passaram a se restringir fundamentalmente, e cada vez mais, a objetivos e políticas conjunturais, em um horizonte de curto prazo. Isso se expressa, principalmente, no debate sobre natureza dos sucessivos Regimes de Política Macroeconômica adotados em cada governo e nos limites aceitos para as políticas sociais e trabalhistas, ou seja, que elas sejam compatíveis com esses regimes e, sobretudo, que não contrariem a dinâmica do Padrão Liberal-Periférico.

Mais recentemente, com o golpe contra Dilma Rousseff, e a partir do Governo Temer, a forma de funcionamento do chamado “Presidencialismo de Coalizão” foi colocada em xeque, pelo empoderamento do Congresso Nacional e o sequestro do orçamento público federal por deputados e senadores. Com as emendas parlamentares secretas alimentando financeira e fisiologicamente as suas reeleições, a possibilidade de discussão, proposição e execução de qualquer projeto estrutural de longo prazo, mesmo focado em alguma área específica, tornou-se uma miragem. A capacidade do Estado de planejar políticas públicas de longo prazo nunca esteve tão fragilizada.

Em suma, com uma classe dominante histórica e estruturalmente antinacional e um sistema político-institucional corrupto, e fora de controle pela maioria da popula-

ção e suas representações políticas, não há a menor viabilidade de construção e execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento democrático no capitalismo dependente brasileiro. Não há qualquer fração da burguesia que possa capitaneá-lo.

Como consequência, todas as esperanças das esquerdas e dos setores populares, em virtude de não terem conseguido, ao longo da história, construir um Projeto Socialista alternativo, são sempre dirigidas ao Estado, na expectativa que ele, tendo em vista a sua autonomia relativa (como nos anos 1930), possa encaminhar um Projeto Nacional capitalista democrático para o país – apesar da sua burguesia antinacional, ou mesmo contra ela. Ou que, pelo menos, implemente algumas reformas estruturais e políticas tecnológicas, industriais e financeiras, que reposicionem o país na divisão internacional do trabalho e, com o apoio das políticas sociais, melhorem, em alguma medida, as condições de vida e trabalho da maioria da população. Isto é possível de ser feito? Existe um caminho alternativo? São perguntas que só poderão ser respondidas pela prática e a luta política das classes e suas frações, mobilizadas e apoiadas por seus “intelectuais orgânicos” e dirigidas por suas organizações representativas.

** É professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Ufba.*

Curtoprazismo e a urgência de pensar o futuro

Fernanda Feil*

■ Vivemos um momento histórico em que diferentes tensões parecem convergir em uma mesma direção. O mundo atravessa um período de crescente incerteza, em que os limites do multilateralismo são continuamente testados e os conflitos armados assumem proporções mais amplas e persistentes. Ao mesmo tempo, o planeta experimenta eventos climáticos cada vez mais extremos e intensos, as economias enfrentam ciclos prolongados de baixo crescimento e as desigualdades sociais se aprofundam em grande parte do mundo. Esses fenômenos não são episódios isolados. Eles revelam fragilidades estruturais do modelo de desenvolvimento que se consolidou nas últimas décadas e expõem dificuldades crescentes de coordenação política e econômica em escala global. Em comum, esses desafios apontam para uma característica central do funcionamento contemporâneo da economia: a predominância de decisões orientadas pelo curto prazo.

O curtoprazismo tornou-se uma lógica organizadora da economia global. Empresas são pressionadas a apresentar resultados imediatos, investidores buscam retornos rápidos e governos frequentemente tomam decisões condicionadas a horizontes políticos curtos. A prioridade concedida a resultados instantâneos molda instituições, políticas públicas e expectativas sociais. No entanto, muitos dos problemas mais relevantes do nosso tempo exigem exatamente o oposto. A crise climática, a reorganização das cadeias produtivas globais, as transformações tecnológicas e os desafios da desigualdade demandam políticas e projetos concebidos em horizontes mais amplos.

Essa tensão entre o tempo da economia contemporânea e o tempo necessário para



enfrentar desafios estruturais tornou-se um dos dilemas centrais do século XXI. Enquanto mercados e instituições operam cada vez mais orientados por decisões imediatas, os problemas que precisam ser resolvidos exigem planejamento estratégico, coordenação coletiva e investimentos cujos resultados se materializam ao longo de décadas.

O curtoprazismo está profundamente ligado às transformações ocorridas nas últimas décadas, quando a expansão dos mercados financeiros e a crescente centralidade das finanças na dinâmica econômica alteraram os incentivos que orientam as decisões de investimento e a formulação de políticas públicas. O processo de financeirização transformou a forma como empresas, governos e até mesmo famílias se relacionam com o sistema econômico.

Nesse contexto, a valorização de ativos financeiros tornou-se uma referência central para avaliar o desempenho econômico. Empresas passaram a ser julgadas principalmente por sua capacidade de gerar retornos rápidos para acionistas, enquanto governos enfrentam pressões constantes para manter a

confiança de investidores e dos mercados. A mobilidade global do capital ampliou essa dinâmica. Recursos financeiros se deslocam rapidamente entre países e setores em busca de maior rentabilidade, criando um ambiente em que decisões de investimento são guiadas por horizontes temporais cada vez mais curtos.

Esse processo alterou o funcionamento de políticas públicas. Governos frequentemente se veem pressionados a adotar medidas capazes de gerar resultados rápidos em indicadores econômicos ou financeiros. Em muitos casos, decisões de política econômica são moldadas pela necessidade de responder prontamente às expectativas dos mercados ou aos ciclos eleitorais. O resultado é um ambiente em que projetos estruturantes e estratégias de desenvolvimento de longo prazo tornam-se cada vez mais raros.

O problema é que os grandes desafios contemporâneos não podem ser resolvidos nesse horizonte temporal limitado. A crise climática talvez seja o exemplo mais evidente dessa incompatibilidade entre o tempo da política econômica e o das transformações necessárias para garantir a sustentabilidade do planeta. As decisões tomadas nas próximas décadas terão impactos que se estenderão por gerações. A redução das emissões de GEE, a transformação dos sistemas energéticos e a reorganização das cadeias produtivas exigem investimentos massivos e mudanças estruturais profundas.

Essas transformações não ocorrem espontaneamente. Elas requerem indução e coordenação entre diferentes setores e agentes econômicos. Trata-se de um processo complexo que inevitavelmente se desenvolve ao longo de um horizonte temporal amplo.

A dificuldade em mobilizar recursos para essa transformação revela um paradoxo da economia contemporânea. Nunca houve tanto capital disponível em escala global, mas gran-

de parte desse recurso circula nos mercados financeiros sem necessariamente se converter em investimentos produtivos capazes de promover mudanças estruturais. A lógica de curto prazo que orienta a alocação de recursos dificulta a realização de investimentos essenciais para enfrentar desafios duradouros.

Sob a dinâmica predominante dos mercados financeiros, investimentos ligados à transição climática enfrentam obstáculos. Essa dinâmica cria um desalinhamento entre as necessidades da sociedade e os incentivos econômicos dominantes.

Diante desse cenário, torna-se inevitável reconhecer a importância de mecanismos capazes de orientar investimentos e reduzir incertezas em processos de transformação estrutural. Mudanças profundas na economia sempre estiveram associadas ao planejamento e à coordenação institucional. Processos como a industrialização, a reconstrução econômica após grandes guerras ou a expansão de sistemas de bem-estar social envolveram a mobilização deliberada de recursos e a construção de estratégias de longo prazo.

Planejamento consiste, sobretudo, em criar condições institucionais que permitam alinhar decisões privadas com objetivos coletivos de desenvolvimento. Coordenação e visão estratégica tornam-se essenciais para reduzir riscos, orientar expectativas e evitar que recursos sejam alocados de forma fragmentada ou insuficiente.

A transição verde sustentável representa um desses momentos em que a coordenação institucional se torna indispensável. A transformação necessária para reduzir emissões de GEE e reorganizar os padrões produtivos exige decisões que envolvem múltiplos setores da economia. Sem mecanismos de coordenação, essas escolhas tendem a ocorrer de forma desarticulada, o que limita a eficácia das mudanças necessárias.

Nas últimas décadas, contudo, a predominância do curttoprazismo também transformou a forma como o Estado atua na economia. Em muitos casos, políticas públicas passaram a ser concebidas principalmente como instrumentos para reduzir riscos aos investidores privados, em vez de orientar diretamente os processos de transformação

econômica. Esse modelo de intervenção frequentemente prioriza mecanismos que garantam a rentabilidade de projetos privados, sem assegurar que estejam alinhados com objetivos mais amplos de desenvolvimento.

Ainda assim, a história econômica mostra que crises profundas podem abrir espaço para mudanças estruturais. Momentos de ruptura expõem fragilidades institucionais e estimulam debates sobre alternativas. Quando modelos dominantes deixam de oferecer respostas convincentes aos desafios enfrentados pelas sociedades, novas ideias e arranjos institucionais podem emergir.

A crise climática, ambiental e social pode representar exatamente esse tipo de momento histórico. A crescente percepção de que o modelo atual é incapaz de enfrentar desafios abre espaço para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento.

Pensar um novo horizonte de desenvolvimento implica redefinir prioridades econômicas. Em vez de orientar políticas exclusivamente pela estabilidade financeira ou por retornos imediatos, torna-se necessário incorporar objetivos relacionados à sustentabilidade ambiental, à redução de desigualdades e à promoção do bem-estar social, garantindo a transformação estrutural da economia.

Ainda, enfrentar desafios globais, como a crise climática, exige cooperação internacional e, portanto, multilateralismo. Nenhum país pode resolver sozinho problemas que transcendem fronteiras nacionais. Essa cooperação, porém, precisa reconhecer a diversidade de trajetórias de desenvolvimento. Diferentes países possuem estruturas produtivas, recursos naturais e capacidades tecnológicas distintas. Políticas de transição econômica devem considerar essas especificidades para evitar soluções padronizadas que ignorem contextos locais.

A transição para um modelo sustentável pode representar uma oportunidade histórica de transformação produtiva. Aproveitar essa oportunidade exige estratégias de desenvolvimento capazes de combinar cooperação internacional com o fortalecimento das capacidades produtivas nacionais.

O debate sobre o futuro do desenvolvimento, portanto, não se limita a uma questão

ambiental. Ele envolve escolhas fundamentais sobre a forma como as sociedades organizam suas economias, distribuem recursos e planejam seu futuro coletivo. O curttoprazismo que caracteriza grande parte das decisões contemporâneas tornou-se um obstáculo crescente para enfrentar desafios estruturais.

Superar essa lógica significa reconhecer que processos complexos de transformação econômica exigem coordenação, planejamento e visão estratégica. Em momentos históricos de grande mudança, a capacidade de pensar além do imediato torna-se um recurso essencial.

A crise climática, ambiental e social, as transformações tecnológicas e as tensões geopolíticas do mundo contemporâneo indicam que estamos diante de um desses momentos. As decisões tomadas nas próximas décadas terão impactos duradouros na organização da economia global e nas condições de vida das gerações futuras.

O desafio central de nosso tempo consiste em alinhar o funcionamento das instituições econômicas à escala temporal dos problemas que precisamos resolver. Isso implica recuperar a capacidade de planejar, coordenar, cooperar e investir em projetos que transcendam os horizontes imediatos.

Em última instância, a questão que se coloca não é apenas econômica. Trata-se de decidir se as sociedades contemporâneas serão capazes de reorganizar suas prioridades em torno de um projeto de futuro. O tempo da mudança já começou. O que permanece em aberto é se teremos a capacidade política e institucional de abandonar a lógica do curto prazo e construir um horizonte de desenvolvimento capaz de responder aos desafios do século XXI.

** É diretora do Centro de Finanças Sustentáveis (Cefis) e professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Economia da UFF.*





O curttoprazismo e o lugar do planejamento de longo prazo nos dias atuais

Rosa Maria Marques*

■ O Jornal dos Economistas sempre nos instiga a refletir sobre questões importantes para a sociedade brasileira. Nesta edição, o tema da vez é o curttoprazismo que domina o país há várias décadas e, por consequência, a ausência de planejamento de longo prazo e de projetos estruturantes. Quais as razões de isso acontecer? Essa realidade pode ser explicada por algumas poucas variáveis ou é fruto de múltiplas determinações, tal como nos ensina Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*? Sem a pretensão de esgotar essas determinações, e mesmo de assegurar que estamos tratando daquelas comumente consideradas mais relevantes, vamos nos debruçar sobre algumas, reconhecendo que elas são difíceis de serem superadas no quadro estrito nacional e sem que ocorram grandes alterações na estrutura de poder.

O curttoprazismo

O pensar e o agir tendo como horizonte o curtíssimo prazo decorre do fato de o capital a juros ter se tornado dominante, isto é, ter passado a estar no centro das relações econômicas e sociais do capitalismo contemporâneo (Chesnais, 2005). Daqui a pouco, essa dominância perfará cinquenta anos. Vinte anos a mais do que o período do pós-guerra conhecido como Anos Dourados, que foi comandado pelo capital envolvido na produção de mercadorias e resultado de particular combinação de fatores econômicos, políticos e sociais que dificilmente se repetirá.

O capital a juros, e nele o capital fictício, é um capital rentista. Após o processo de desregulamentação (o famoso três Ds)

– que retirou as amarras que lhe tolhiam a liberdade de “ir e vir” tanto no plano mundial como nacional e que promoveu a desintermediação bancária –, seu volume foi expandido como nunca visto, chamando atenção o papel nisso exercido pelas novas formas de capital fictício criadas. Nesse momento, ao se manterem as dificuldades de acumulação do capital função produtor de mercadorias – cujo principal indicador, a taxa de lucro, continuava inadequada – parte dos lucros deste capital passou a ser aplicada na compra de ativos de todos os tipos. É isso que mostram os gráficos elaborados por Michel Husson (2014): pela primeira vez, mesmo quando a taxa de lucro subia, ela não era acompanhada de expansão do investimento na mesma proporção. Em outras palavras, parte substantiva do lucro não era reinvestida e sim dirigida ao mercado financeiro.

Reinvestir ou aplicar? São duas lógicas totalmente distintas que estão em jogo. Na primeira, a reprodução do capital precisa respeitar um prazo de maturação entre o investimento e seus primeiros resultados. Na segunda, a rentabilidade é quase imediata, especialmente levando em conta ser o mercado secundário o que, de fato, movimenta a expansão desse capital. Longo prazo versus curtíssimo prazo. A dominância do capital a juros implica, assim, impor a busca de resultados no curto prazo (o curttoprazismo) ao conjunto da sociedade. A ordem é obter resultados cada vez maiores e agora. Nada é deixado ou pensado para o amanhã. O impacto desse “modo de ser” sobre as economias capitalistas em geral é avassalador, quando se compara o desempenho das economias no período anterior à entrada desse capital no comando.



É interessante registrar, embora não seja o foco deste pequeno artigo, que a imposição do curto prazo (do já) não se resume aos negócios, contaminando todas as esferas da sociedade e seus membros. Dardot e Laval (2016), no livro *A nova razão do mundo*, descrevem bem esse fenômeno, especialmente quando dizem que o neoliberalismo alterou a subjetividade e estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

Essa determinação derivada do domínio do capital a juros é mundial, a que estão submetidos todos os países do mundo capitalista, em graus maiores ou menores. Nenhum desses países constitui uma ilha. O fato de estarem sob o comando desse capital lhes impede de escolher livremente suas políticas monetária e fiscal, especialmente se estiverem na periferia do sistema. O mesmo ocorre com relação ao câmbio. Isso não significa, entretanto, que não haja nenhuma margem de ação; mas isso implicaria ferir os interesses do capital financeiro internacional e local, imiscuído nas economias nacionais. Em outras palavras, o curtoprazismo não é um fenômeno brasileiro e sim mundial, produto do fato de termos o capital financeiro, rentista, no comando do capitalismo contemporâneo.

O planejamento

O planejamento é comumente associado às experiências dos países que experimentaram o chamado socialismo real ou mesmo à China (embora muitos a caracterizem como capitalista). Contudo, o planejamento foi abraçado por inúmeros países, especialmente aqueles que sofreram em seu território a destruição provocada pela II Guerra Mundial. Tony Judt (2008), em seu livro *Pós-guerra – uma história de Europa desde 1945*, conta que, no imediato pós-guerra, todos concordavam que era necessário se adotar o planejamento como estratégia de reconstrução dos países e para atender às necessidades da população.

Entre as várias manifestações que cita em seu livro, destaco três para se ter a dimensão do espírito da época. De Charles de Gaulle: “durante a catástrofe, sob o pe-

so da derrota, uma grande mudança ocorreu na mente dos homens. Para muitos, o desastre de 1940 pareceu ser o fracasso da classe dominante e do sistema em todos os setores”. De Karl Mannheim: “todos sabemos agora que, dessa guerra, não há trilha de volta para uma situação de *laissez-faire* na sociedade, que a guerra em si provoca uma revolução silenciosa ao abrir caminho para um novo tipo de ordem planejada”. De Joseph Schumpeter: “a opinião geral parece ser a de que os métodos capitalistas ficarão aquém da tarefa da reconstrução” (Judt, 2008, p.77).

Judt (2008, p.81) diz mais: “a moda dos planos e planejamento teve início muito antes de 1945. Durante todo o período de depressão entre as duas guerras, desde a Hungria até a Grã-Bretanha, vozes se ergueram em apoio à economia planejada, fosse qual fosse a modalidade desta”.

Disso, podemos inferir que, em momentos de extrema necessidade, o planejamento e a presença dirigente do Estado foram (e são) utilizados, reconhecendo que o capitalismo do livre mercado não seria capaz de dar conta do desafio que estaria colocado. Visto sob outra perspectiva, isso implica dizer que as classes dominantes consideraram que somente um Estado interventor e seus instrumentos poderiam reorganizar a economia para que os negócios retomassem seu curso. Aqui, a questão-chave que aflora é: o reconhecimento da necessidade, por parte das classes dominantes, da utilização do planejamento e de um Estado presente.

Essa é a condição *sine qua non*. Essa não existindo, e considerando a manutenção de um regime dito democrático, especialmente quando a maioria dos integrantes das classes dominantes está se beneficiando dos ganhos junto ao mercado financeiro, a possibilidade de planejar para atingir determinados objetivos no longo prazo e melhor posicionar o país no cenário internacional num quadro de grandes transformações é quase nula, para não dizer que é completamente nula. Isso não significa que projetos parciais não possam ser acordados e venham a ser implantados, o que é muito diferente de planejar, de fato, para o longo prazo.



O curtoprazismo e o planejamento de longo prazo são, portanto, lógicas irreconciliáveis. O único exemplo de que dispomos atualmente de um planejamento bem-sucedido é o da China, mas nele o Estado, através do Partido Comunista Chinês, detém o controle total dos setores estratégicos da economia, inclusive do setor financeiro.

* É professora titular do Departamento de Economia e do PPG em Economia Política da PUC-SP. Ex-presidente da SEP. Bolsista produtividade do CNPq.

Referências

- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In *A finança mundializada*. Org. François Chesnais. São Paulo, Boitempo, 2005.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HUSSON, Michel. Apresentação de Michel Husson no Third Economics Seminar of the IRRE (Amsterdam). 2014. Vídeo disponível em: <<https://www.iire.org/node/640>>. [Acesso em: 23 fev. 2026]
- JUDT, Tony. *Pós-guerra – uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008.
- MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1972.



Por que o Brasil não tem um projeto nacional

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

■ O Brasil não tem um projeto de nação desde os anos 1980, quando seu desenvolvimento acelerado foi interrompido pela grande crise da dívida externa e a alta inflação inercial que se seguiu. Não tem e não quer tê-lo, porque suas elites econômicas e políticas império-dependentes insistem a se subordinar inteiramente ao Império.

Entre 1930 e 1980, o Brasil se industrializou e realizou sua Revolução Capitalista adotando uma estratégia nacional-desenvolvimentista, que passou a contar com uma fundamentação teórica a partir de 1949, com o surgimento da teoria estruturalista latino-americana de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Naquela época, o projeto nacional de desenvolvimento do país era a industrialização. Estava então claro para todos, exceto alguns liberais recalcitrantes, que o liberalismo econômico havia sido derrotado pela Grande Depressão dos anos 1930 nos Estados Unidos e ficara mais uma vez demonstrado que a ideologia da burguesia por excelência – o liberalismo econômico – era incapaz de promover o desenvolvimento sustentado de qualquer país e principalmente daqueles que estavam iniciando seu processo de industrialização, cuja necessidade para o desenvolvimento o liberalismo econômico rejeitava.

Esse quadro histórico mudou quando, nos anos 1970, nos países centrais, e nos anos 1980, nos países periféricos, irrompeu uma grande crise econômica, no primeiro caso desencadeada pelo esgotamento do modelo social-democrático e, portanto, pelo fim da Era de Ouro do capitalismo e, no segundo caso, por uma cri-

se da dívida externa que resultou da política de crescimento com endividamento externo, naturalmente incentivada pelos países centrais, ou seja, o Império. A chamada “política de crescimento com poupança externa” não leva ao aumento da poupança total e do investimento do país, mas à apreciação da moeda nacional e ao desincentivo aos investimentos industriais. Ao invés de a poupança externa se somar à poupança interna, ela substituiu essa poupança enquanto a população local aumentava seu consumo, incentivada pelo dólar barato.

Com a crise da dívida externa, à qual se somou o brutal aumento da alta inflação inercial, bem como a Virada Neoliberal ocorrida no Norte Global e a pressão que os Estados Unidos passaram a exercer para que as economias subdesenvolvidas se abrissem comercial e financeiramente, em 1990 o Brasil abriu sua economia e passou a experimentar quase-estagnação, deixando de realizar o *catching-up*.

A crise de 1980 deixara o Brasil, temporariamente, incapaz de conduzir um projeto nacional de desenvolvimento; a partir de 1990, abandonou definitivamente o projeto e o país ficou sem qualquer projeto a não ser o de liberalizar e privatizar tudo o que fosse possível. Ao mesmo tempo, a economia entrava em crise fiscal – a poupança pública, que era positiva, tornou-se negativa. Some-se a isto o fato que as empresas estatais não paravam de ser privatizadas e compreenderemos por que o investimento público caiu verticalmente. Se, porém, as empresas e os empresários aumentassem seus investimentos como as privatizações realizadas nos levariam a esperar, o problema seria re-

solvido. Mas não foi isso que aconteceu e a economia brasileira permanece quase-estagnada até hoje.

Hoje posso afirmar que não é o curto-prazismo, não é o sistema eleitoral, nem são os entraves culturais que impedem o Brasil de ter um projeto nacional de desenvolvimento. As elites brasileiras e o Império são contrárias a qualquer projeto nacional. Não querem uma política nacional-desenvolvimentista na qual o Estado e o mercado se completem na promoção da reindustrialização.

O Império está muito satisfeito em ter paralisado o projeto de industrialização do Brasil e, mais amplamente, da América Latina. Dessa maneira, impedem que a região, exceto o México, volte a se industrializar de maneira que se tornem futuros concorrentes na área de bens e serviços sofisticados tecnologicamente. Além disso, mantém a troca desigual entre bens com alto valor e bens e serviços com baixo valor adicionado *per capita*. E mantém os países abertos às entradas e saídas de capitais – algo de fundamental interesse para o Império, que é, antes de mais nada, um exportador de capitais – capitais excedentes que não interessam aos países em desenvolvimento.

O Império fracassou em conseguir o mesmo dos países do Sul, Sudeste e Leste da Ásia, que, submetidos à mesma pressão dos países centrais, resistiram e mantiveram por mais tempo seus projetos de desenvolvimento até se tornarem eles próprios países ricos. Consolou-se com a América Latina, que os Estados Unidos reafirmaram recentemente ser área de sua exclusiva autoridade. Tudo isso é o imperialismo – não aquele definido por John A. Hobson e Vladimir Lenin no início do século XX, mas o imperialismo moderno, do nosso tempo.

Os países periféricos dependentes ou suas elites império-dependentes na América Latina, por outro lado, querem continuar subordinados aos Estados Unidos e, para isso, acham necessário se submeter inteiramente ao Império. Querem que sua política econômica se-

ja pautada pelo liberalismo econômico, querem liberalizar e privatizar tudo o que for possível para ganhar a boa vontade do Norte Global.

Não percebem que é possível não confrontar o Império. Pelo contrário, que é possível estar aberto a ele, fazer-lhe juras de amor, apoiar o liberalismo econômico e, em parte, sua política internacional, e ao mesmo tempo, adotar uma política econômica interna pautada pelos interesses nacionais. É isso, por exemplo, o que faz a Arábia Saudita, com grande êxito. Sei bem que isto não é fácil. Que vai contra as convicções nacionalistas e desenvolvimentistas de uma parte importante dos intelectuais e dos trabalhadores organizados do país. Mas é possível.

O governo Lula, no Brasil, talvez seja um melhor exemplo do que o da Arábia Saudita. O Brasil é uma democracia, aquele país é uma ditadura, na qual todo o poder está nas mãos do príncipe-ditador. O Brasil também rejeita a confrontação com o Império, mas ao invés de se acomodar, negocia. Negocia permanentemente, em um jogo de idas e vindas que é próprio da política, da qual o Presidente Lula é um mestre.

Mas ele também precisa negociar internamente. Negociar e convencer as elites império-dependentes que é possível não confrontar com o Império sem abandonar uma política nacional de desenvolvimento via reindustrialização. Mas hoje a submissão de nossas elites é profunda. Elas estão convencidas que a aliança-subordinação completa aos Estados Unidos é a melhor forma de se proteger contra as dificuldades que possam ter no futuro. Trata-se de uma mediocridade profunda para a qual não há solução à vista.

** É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.*



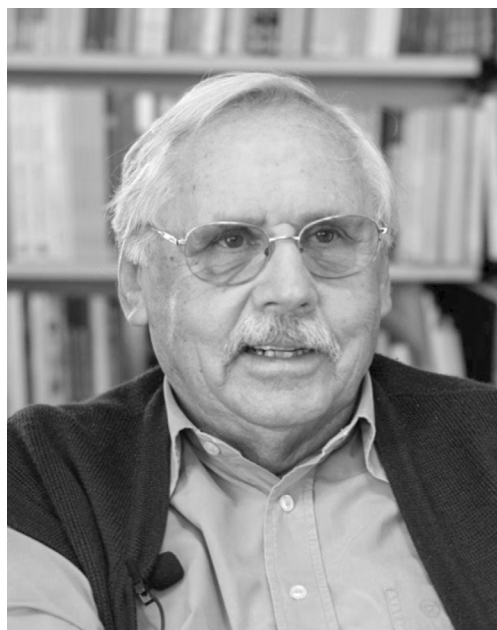
Um projeto Brasil? Novos rumos, mas sobretudo resgatar o controle

Ladislau Dowbor*

■ O que vivemos é um processo de mudança, uma dinâmica, não uma “situação” apenas, a ser substituída por outra. Ou seja, como tenho apresentado em livros e artigos, a revolução digital em curso está transformando a nossa realidade, e de maneira acelerada. Continuamos a ter indústria, o eixo estruturante do capitalismo industrial, mas não é a máquina que está no centro, e sim o sistema inteligente que as maneja. É o conhecimento incorporado aos processos produtivos, e que os gere, que está no centro. Não é muito diferente nos serviços: as fortunas fenomenais apropriadas por Bezos, com a Amazon, resultam do fato de monopolizar grande parte da comercialização online, mas também com a gestão dos nossos conhecimentos na “nuvem”, AWS (Amazon Web Services), além da IA Anthropic. A escala é radicalmente ampliada, o dreno é global, e o poder se desloca, mudando a nossa realidade de forma acelerada.

Igualmente transformador é o fato que a conectividade global, instantânea, também permitiu a gestão radicalmente mais centralizada do dinheiro, hoje apenas unidades de informação nos computadores, geridas por algoritmos, parte do sistema imaterial de informação que vimos acima. Os algoritmos programam a maximização de lucros sem os limites de escala que conhecíamos. Se você paga o café da manhã na padaria com Visa ou Mastercard, na modalidade crédito, 5% do preço vai para os acionistas internacionais. A Visa tem um lucro médio anual global da ordem de 55% ao ano, apenas com computadores, um imposto privado sobre cada transação, com uma capilaridade que permite atingir bilhões de pessoas.

Por sua vez, a Visa é controlada pelos gigantes da gestão de ativos, BlackRock,



Vanguard, State Street e semelhantes. BlackRock, neste início de 2026, administra 14 trilhões de dólares, duas vezes o orçamento federal dos Estados Unidos, 7 vezes o PIB do Brasil. Cada um de nós contribui a cada vez que paga com cartão. Não à toa o Brasil gerou o Pix, a Índia o UPI (*United Payments Interface*), a China trabalha com o CBDC (*Central Bank Digital Currency*), a Grã-Bretanha já está discutindo a transição.

Insisto nesta transformação das nossas economias no quadro da Revolução Digital porque temos de olhar para o futuro em construção, para as novas ameaças e novas oportunidades que se abrem. É neste quadro que temos de pensar um projeto para o Brasil, e as novas instituições que precisamos criar ou adequar. O pano de fundo geral é o resgate da soberania digital. A mudança é sistêmica.

Permito-me sugerir aqui algumas linhas gerais, que apresentei de forma mais detalhada no livro *Resgatar a Função Social da Economia* (2023).¹

Inclusão produtiva

O maior desafio estrutural está na desigualdade, e esta se enfrenta essencialmente por meio da inclusão produtiva.² O Brasil apresenta uma impressionante subutilização dos seus recursos, tanto da mão de obra, como da terra, dos recursos financeiros e das tecnologias. A expansão da renda na base da sociedade é essencial, pois gera demanda efetiva por bens e serviços, dinamizando o conjunto das atividades produtivas. Isso envolve a gradual expansão de programas como o Bolsa Família para uma renda básica generalizada. Dinheiro na base da sociedade é um eixo central: veja-se como a China dinamizou a economia tirando 800 milhões da pobreza, em vez de enriquecer banqueiros. É economia de base ampla, não de elites apenas.

Não basta assegurar mais dinheiro na base. Um terço do bem-estar econômico das famílias, como ordem de grandeza, depende não de dinheiro no bolso, e sim de acesso a escolas para os filhos, sistemas de saúde, segurança, parques nos bairros, ruas asfaltadas, o conjunto do que chamamos de bens e serviços de consumo coletivo, ou de salário indireto, que nos chega via Estado. O investimento em políticas sociais e infraestruturas constitui, tal como a renda na base da sociedade, um eixo de inclusão produtiva, tanto pelos empregos e atividades geradas como pela racionalidade no uso dos recursos. Políticas sociais públicas e gratuitas são radicalmente mais produtivas do que a indústria do diploma, a indústria da doença, sem falar de milícias. Com acesso universal e gratuito, reduzem as desigualdades. Os Estados Unidos apresentam um excelente exemplo a não seguir.

Uma outra linha da inclusão produtiva consiste na racionalização do uso da mão de obra. O Brasil tem cerca de 40 milhões de

peças no setor informal, que ganham, segundo o IBGE, a metade do que se ganha no setor formal. Há tanta coisa a fazer em cada cidade, ou no entorno, envolvendo desde cinturões verdes até tantas infraestruturas como saneamento básico, arborização urbana e semelhantes. A Índia tem um amplo programa que assegura uma base de emprego para todos os adultos (*Employment Guarantee Act*). Nesta linha também é essencial a redução da jornada, já aplicada em numerosos países, que gera melhor convívio social e familiar, mais tempo para cultura, mais bem-estar. Trabalhar menos para trabalharem todos, visão aplicada, por exemplo, na França. A inclusão produtiva, como visão, é essencial. Ficar esperando que os mercados resolvam é de outros tempos.

Políticas de financiamento

A inclusão produtiva exige, por sua vez, que pensemos de maneira concreta o seu financiamento. Aqui enfrentamos a maior deformação econômica do país, o fluxo financeiro integrado centrado nos lucros dos bancos, dos grandes aplicadores financeiros e das corporações de gestão de ativos (*asset management*), como BlackRock, Vanguard e semelhantes, como vimos acima. O dreno financeiro improdutivo no Brasil é da ordem de 25% a 30% do PIB, travando o desenvolvimento, apesar de todos os esforços do governo. A isenção de imposto para pessoas de renda mais baixa, e uma taxa de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos representam um progresso. Mas eu, como professor, pago 27,5%.³

As medidas são simples: os juros têm de ser baixados para por exemplo o nível médio dos países da OCDE, da ordem de 5% para pessoas físicas e 3% para pessoas jurídicas ao ano, naturalmente. Na China, a média está em torno de 2% ao ano, e quem tem dinheiro, em vez de comprar títulos da dívida e ganhar com juros, vai buscar investir em atividades produtivas: o dinheiro vai para onde rende mais, e se a especulação, como no Brasil, rende mais, o resultado é o dreno financeiro. O dinheiro que é drenado por gente rica através da taxa Selic é dos

nosso impostos, o crédito pelo qual pagamos juros absurdos nos bancos é dos nossos depósitos. Reduzir a agiotagem (conforme estava determinado no artigo 192 da Constituição de 1988), e tributar os ganhos improdutivos leva naturalmente a redirecionar o dinheiro para financiar consumo e produção. O dinheiro tem de voltar a financiar a economia.

Racionalização das instituições

Um terceiro eixo, além das medidas de inclusão produtiva e da redução do dreno financeiro, consiste em resgatar a racionalidade de gestão dos nossos recursos, por meio da descentralização do processo decisório. Hoje um prefeito viaja para Brasília para tentar conseguir uma fatia de emenda parlamentar. Um país de 5.570 municípios com tal grau de centralização dos recursos é travado no seu desenvolvimento. Nos países nórdicos, quase três quartos dos recursos tributários são repassados diretamente para a gestão local. A China é ainda mais descentralizada, o que permite que os municípios possam assegurar políticas integradas de desenvolvimento, segundo suas especificidades territoriais, enquanto o governo central se concentra nas orientações gerais e grandes infraestruturas.⁴

Faz parte também da modernização radical da administração pública a utilização plena das imensas oportunidades de racionalização que surgem com as novas tecnologias em rede. Recursos descentralizados podem hoje ser acompanhados online, assegurando ao mesmo tempo flexibilidade das decisões e seguimento eficiente. Um choque de modernidade nesta área é essencial. É aproximar os recursos de quem deles precisa. É resgatar um mínimo de democracia econômica na base da sociedade.

Inclusão produtiva, resgate do uso produtivo dos recursos financeiros e descentralização e atualização da gestão são três eixos importantes para avançarmos. E o resgate da soberania digital constitui um pano de fundo essencial, pois se trata de resgatar o próprio poder de decisão. São

coisas bastante óbvias. Muitos nobres deputados preferem sem dúvida poder aplicar o seu dinheiro numa taxa Selic elevada, e travam as mudanças. Não são conservadores, são interessados. O problema não é técnico, de saber o que deve ser feito: é de governança. A política deve voltar a servir à nação. O desafio é político, inclusive no plano internacional.

* É professor de Economia Política na PUC de São Paulo e consultor de várias agências da ONU. Disponibiliza textos online no site <https://dowbor.org>

1 Dowbor. *Resgatar a função social da economia*. Ed. Elefante, 2023, disponível online em <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

2 O relatório *Global Wealth Report 2025* da UBS coloca o Brasil como o país mais desigual do planeta em termos de concentração de riqueza, com coeficiente Gini de 0,82. Ver gráfico da p. 30. <https://www.ubs.com/global/en/wealthmanagement/insights/global-wealth-report.html>

3 Para os dados, veja <https://dowbor.org/2026/02/dowbor-na-folha-de-sp-selic-em-15-faz-bilionario-ganhar-r-400-mil-por-dia-sem-produzir-nada-2.html>

4 Ver Kroeber, Arthur. *China's Economy*. Oxford University Press, 2016 – <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html> Ver também os trabalhos de Keyu Jin.

5 Banco Mundial. (2022). *Dados sobre Produtividade do Trabalho*.

6 McKinsey e Company (2021). *Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento nos EUA e na China*.

7 Jabour e Gabriele. (2021). *China e o socialismo do Século XXI*.

8 Kuo (2025) *mostra alguns aspectos da nova estratégia chinesa*.

9 <https://blogdaboitempo.com.br/2025/08/04/o-mundo-ja-esta-acabando/>.

10 <https://outraspalavras.net/outrasmidias/china-o-que-ela-ensina-e-washington-nao-ve/>.

11 Marini (2011 [1973]). *A dialética da dependência*.
12 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creq4yjjvneo>

13 <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil-tarde/2025/08/entenda-porque-os-eua-cobram-tanto-terras-raras-brasileiras>.





Curtoprazismo para quem?

David Deccache*

■ Tornou-se lugar comum afirmar que o Brasil sofre de curtoprazismo. A ideia aparece em análises econômicas, debates políticos e editoriais, geralmente associada à incapacidade do país de formular projetos estruturais de longo prazo.

Esse diagnóstico não é destituído de fundamento. Ele capta um traço visível da experiência política brasileira: a fragmentação das políticas públicas, a instabilidade institucional e a dificuldade de sustentar agendas estruturais voltadas à maioria da população e superação da posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho. Seu limite está em permanecer no plano da manifestação.

Quando observamos a formação econômica e social brasileira sob a lente do conflito entre classes na especificidade de um país periférico, percebe-se que o que aparece como curtoprazismo para a maioria é, na realidade, a forma pela qual o projeto de longo prazo das classes dominantes se impõe.

No cotidiano da maioria dos brasileiros, o Estado aparece como gestor da urgência. A política social assume a forma de programas focalizados, transitórios e permanentemente condicionados à conjuntura fiscal e eleitoral. Direitos são implementados de maneira parcial, sujeitos a contingenciamentos e revisões constantes. Essa dinâmica produz a sensação de improviso permanente e alimenta a percepção de que o país é incapaz de planejar o futuro.

Se o improviso é visível para todos, o que ninguém pode ver, porque simplesmente não existe, é sequer um esboço de projeto consistente de transformação estrutural. Não há qualquer horizonte de mudança na distribuição de renda, na universalização de direitos e serviços públicos ou no reposicionamento do Brasil na divisão internacional

do trabalho. Permanece intocado o padrão centro-periferia que organiza a economia nacional, sustentado por frações dominantes vinculadas ao complexo primário-exportador e ao capital rentista.

Ao mesmo tempo, quando se observa a trajetória das (contra)reformas institucionais e econômicas brasileiras, emerge um quadro bastante distinto. O país possui uma longa tradição de planejamento estrutural quando se trata de organizar e reorganizar as condições de acumulação para atender aos interesses das classes dominantes em cada quadra histórica. Para não ir muito longe, o que foi o amplo conjunto de contrarreformas liberais que, de forma articulada e coordenada, conjugou medidas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, monetárias e regulatórias, formuladas e implementadas com notável continuidade estratégica nos últimos anos, senão a consecução bem-sucedida de um projeto de país?

Essa dinâmica possui raízes profundas na própria formação econômica do país. O Brasil não foi estruturado como um espaço vazio à espera de um projeto nacional, como supõem os mais otimistas que ainda aguardam a emergência de uma burguesia nacional redentora. Foi organizado desde a origem para cumprir funções específicas na expansão do capitalismo mundial. Sua inserção como economia primário-exportadora, dependente de tecnologia, crédito e mercados externos, longe de resultar de improviso histórico, expressa uma forma particular de planejamento subordinado, internalizado e continuamente reproduzido por suas classes dominantes.

Mesmo quando o país avançou em um projeto mais estrutural de industrialização, esse processo foi rapidamente incorporado a um padrão de modernização conservadora, consolidado após o golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar,



que reorganizou o Estado como instrumento de repressão à classe trabalhadora. Se, de um lado, havia um projeto coordenado de industrialização, de outro persistiam o arrocho salarial, a precariedade dos serviços públicos, a manutenção das desigualdades sociais e regionais e o poder das velhas oligarquias associadas ao imperialismo.

Nesse percurso, após muitos anos de luta da classe trabalhadora, a Constituição de 1988 representou uma inflexão importante ao projetar um amplo sistema de direitos sociais e estabelecer o princípio da universalização das políticas públicas. A criação do Sistema Único de Saúde, a reorganização da seguridade social, a institucionalização de políticas públicas universais nas áreas de assistência, educação e proteção ao trabalho, a vinculação constitucional de recursos para políticas sociais, a ampliação dos mecanismos de participação social e a consagração de princípios de desenvolvimento nacional e de função social da propriedade expressaram a tentativa de aproximar o país de uma forma periférica e tardia de *welfare state*.

Ao mesmo tempo, porém, esse horizonte passou rapidamente a ser enquadrado por severas restrições macroeconômicas. No final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, consolidou-se um regime marcado pela liberalização financeira e comercial, pela austeridade fiscal e monetária e pela retração do papel produtivo do Estado, reconfigurado como organizador de amplos processos de privatização, em meio a uma crescente especialização primário-exportadora da economia. Tratava-se, em última instância, da afirmação de um projeto das classes dominantes articulado à reorganização neoliberal do capitalismo e subordinado às hierarquias da economia mundial, no qual a austeridade operava como mecanismo de precarização dos serviços públicos e de legitimação das privatizações.

O resultado foi a progressiva limitação das bases materiais de sustentação do projeto social esboçado na Constituição. Estabeleceu-se, assim, uma convivência tensa e subordinada entre uma arquitetura constitucional orientada à universalização de direitos e um regime macroeconômico neoliberal que restringe sistematicamente sua realização.

Durante a primeira década deste século, o projeto de inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, embora amplamente dominante, conviveu com uma espécie de ensaio social-desenvolvimentista de baixa intensidade que operou nos marcos institucionais abertos pela Constituição de 1988, precisamente porque não colocava em questão o núcleo estrutural do projeto liberal. A conjuntura externa favorável e o dinamismo do mercado interno permitiram alguma margem de acomodação social, abrindo espaço para concessões distributivas como a valorização real do salário mínimo, a expansão das universidades públicas, a ampliação das políticas de transferência de renda, o aumento da formalização do emprego e a retomada do investimento público, especialmente em infraestrutura e no financiamento público ao investimento produtivo. Ainda assim, tratava-se de uma acomodação limitada, que produziu avanços sociais relevantes sem alterar os fundamentos do padrão dependente de acumulação.

Esse arranjo começou a se esgotar ao longo da década de 2010. Mesmo as concessões limitadas realizadas no período anterior passaram a gerar fricções crescentes no interior do padrão de acumulação.

De um lado, a crise internacional iniciada em 2008 aprofundava suas consequências no centro do capitalismo. A desaceleração do crescimento e a compressão das taxas de lucro intensificaram a pressão das grandes corporações e do capital financeiro por novos espaços de valorização. Nesse contexto, economias periféricas como a brasileira passaram a se tornar cada vez mais atrativas para o capital das potências imperialistas, sendo vistas como territórios privilegiados para a reabertura de oportunidades de acumulação e recomposição das taxas de lucro, seja pela ampliação da exploração de recursos naturais, seja pela apropriação de ativos estratégicos por meio de privatizações, liberalização econômica e desorganização de capacidades produtivas nacionais.

Por outro lado, a redução do desemprego, a elevação da renda do trabalho e o fortalecimento do poder de barganha da classe

trabalhadora intensificavam os conflitos distributivos. A melhora das condições no mercado de trabalho ampliava o poder social do trabalho e tensionava as margens de rentabilidade do capital. Diante desse cenário, frações dominantes da burguesia doméstica passaram a pressionar pela recomposição das taxas de lucro e pela restauração da disciplina sobre o trabalho, tendo a austeridade fiscal e o ajuste do gasto social como instrumentos centrais dessa ofensiva.

O espaço político e econômico para concessões, por mínimas que fossem, à classe trabalhadora começou, então, a se fechar rapidamente. Frações dominantes do capital passaram a se mobilizar de forma cada vez mais agressiva pela reversão daquele ciclo, exigindo a recomposição das taxas de lucro, a restauração da disciplina sobre o trabalho e uma profunda reconfiguração do Estado em favor da acumulação privada sem freios. Já não se tolerava sequer a manutenção daquele esboço inacabado e precário de projeto de bem-estar social inscrito na Constituição de 1988.

Foi nesse contexto que, a partir de 2015, o conflito se deslocou para um novo patamar. A tentativa do governo Dilma de recompor a confiança das frações dominantes por meio de um ajuste ortodoxo revelou-se rapidamente insuficiente. Veio o golpe. Para amplos setores do capital, já não se tratava de corrigir rumos ou administrar a conjuntura dentro dos marcos existentes. O que estava em jogo era a remoção dos limites institucionais que ainda restringiam a plena realização de seu projeto, especialmente aqueles inscritos na Constituição de 1988 e em sua arquitetura de direitos sociais. Nada que pudesse obstruir esse movimento seria tolerado, nem a democracia.

É nesse momento que ganha centralidade o documento *Uma Ponte para o Futuro*, apresentado em 2015 pelo PMDB, como plataforma programática das classes dominantes para a reorganização da política econômica brasileira. O texto defendia a consolidação de um regime de austeridade fiscal radical e permanente, a desvinculação constitucional de receitas orçamentárias, a revisão dos mecanismos de indexação do gas-



to público, a ampliação das privatizações e concessões, a flexibilização das relações de trabalho e uma abertura mais ampla da economia ao capital privado, nacional e estrangeiro. Tratava-se de uma ofensiva destinada a remover qualquer limite institucional ainda preservado pela Constituição de 1988 à expansão do capital, liberando sua tendência a converter em mercadoria tudo o que encontra pela frente, a submeter sem freios o trabalho e a natureza à lógica da valorização e a dissolver os remanescentes de soberania econômica nacional.

Nos anos seguintes, essa agenda se materializou em uma série de contrarreformas estruturais: a instituição do teto de gastos por vinte anos, cuja lógica reapareceu no atual regime fiscal; a contrarreforma trabalhista, que desmontou mecanismos de proteção ao trabalho; as mudanças no sistema previdenciário, que ampliaram o espaço para a previdência privada; a autonomia formal do Banco Central; e a expansão de programas de privatização, concessões e parcerias

público-privadas. Consolidou-se, assim, um Estado simultaneamente austero no plano social e ativo na reorganização institucional e regulatória necessária à ampliação dos processos de desestatização.

É curioso notar como o próprio nome escolhido pelas classes dominantes para seu programa revela a ambição temporal do projeto: Uma Ponte para o Futuro. O nome sintetiza uma agenda baseada na criação de regras institucionais capazes de produzir efeitos duradouros sobre o tamanho e o papel do Estado. Um exemplo aparece na política fiscal. Desde o teto de gastos aprovado no governo Temer, apesar da suspensão excepcional durante a pandemia, e agora com o Novo Arcabouço Fiscal, preserva-se a lógica de compressão gradual do gasto social em relação à economia. Projeções do Tesouro Nacional indicam que, sob o regime vigente, as despesas primárias devem cair de cerca de 19,6% do PIB em 2023 para algo próximo de 17,5% em 2033.

Isso significa que enquanto a economia, a

população e a demanda por serviços crescem, o gasto público cresce relativamente menos. Além disso, o arcabouço fiscal cria uma incompatibilidade com os pisos constitucionais de saúde e educação. O limite geral de despesas cresce no máximo 70% da variação das receitas, enquanto os mínimos dessas áreas acompanham 100% da arrecadação, conforme previsto na Constituição de 1988. Essa diferença pressiona pela revisão dessas vinculações ou pela redução real desses gastos, estrangulando o financiamento público e ampliando o espaço para o setor privado.

Longe de qualquer imprevisto ou cortoprazismo, avança a pleno vapor um projeto de longo prazo para as elites, enquanto a maioria não sabe se poderá se aposentar, se os jovens terão um emprego minimamente digno ou, em muitos casos, se haverá comida na mesa amanhã.

** É doutor em Economia pela UnB e diretor do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD).*

Esperando Godot

Plínio de Arruda Sampaio Júnior*

■ A expectativa de que a eleição presidencial enseje um debate público sobre os problemas nacionais e suas possíveis soluções será frustrada. Sem nexos morais com as classes subalternas e subordinada organicamente ao capital internacional, a burguesia brasileira não pode se dar ao luxo de um debate que ponha o Brasil a limpo.

Se isso fosse permitido, logo ficaria evidente que as mazelas do Brasil – a pobreza, a desigualdade social, a promiscuidade entre o público e o privado, o subdesenvolvimento, as crises cíclicas de reversão estrutural e a depredação ambiental – são indissociáveis da perpetuação da segregação social e da subordinação da vida econômica às exigências do imperialismo – a dupla articulação que constitui a verdadeira galinha dos ovos de ouro da burguesia local.

Na impossibilidade de expor as raízes dos problemas nacionais, os donos do poder são compelidos a converter o debate público em um simulacro de debate de Projeto Nacional, cuja essência é apresentar os interesses egoístas da plutocracia como se fossem expressões dos interesses gerais da população. O objetivo é a naturalização do *status quo* e a estigmatização de tudo e de todos que ousem questionar as estruturas responsáveis pelo modo de funcionamento particularmente antissocial e antinacional do capitalismo no Brasil.

Numa sociedade cindida entre ricos e pobres, a liberdade de pensamento é restrita aos endinheirados. O controle absoluto da opinião pública garante que o contexto e a agenda do debate fiquem rigidamente enquadrados nos parâmetros da ordem estabelecida. Economistas vulgares e jornalistas filisteus, que funcionam como verdadeiros ventríloquos do capital, são mobilizados para dar um verniz de racionalidade científica à manipulação escancarada da opinião pública. O que fere privilégios estabelecidos é desqualificado como



impossibilidade técnica, irresponsabilidade política ou simples anacronismos que bloqueiam o avanço do progresso.

Os economistas imaginam que ditam, com base na razão técnica, o que interessa ao capital. Na verdade, é o contrário. Os economistas racionalizam os imperativos do capital a curto, médio e longo prazos. Como estrutura de comando do capital, o Estado brasileiro executa a lógica da valorização do valor nas condições históricas impostas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado e pelas contingências da luta de classes.

Vistas desse ângulo, ações de política econômica que, no calor dos acontecimentos, parecem imediatistas, despropositadas, improvisadas, contraditórias e irracionais, como se a política econômica não tivesse norte, revelam-se *a posteriori* intervenções necessárias para a execução do desiderato do capital na periferia brasileira do sistema capitalista mundial. Dentro dos parâmetros da ordem social estabelecida, determinados em última instância pelas relações de produção e pela posição do país na divisão internacional do trabalho, a luta política incide sobre os efeitos das contradições e não sobre seus condicionantes estruturais. Ela

pode, na melhor das hipóteses, mitigar os problemas derivados da acumulação de capital e assistir suas vítimas.

II.

Depois da derrota do Programa Democrático Popular nas eleições presidenciais de 1989, a burguesia nativa unificou-se em torno da inserção subalterna na globalização dos negócios como projeto estratégico. Após duas décadas de crise econômica, marcada pela estagnação do crescimento, pelo estrangulamento cambial e pela inflação acelerada, concluía-se finalmente a penosa transição do padrão de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações para o padrão de acumulação liberal-periférico.

A partir de então, o debate econômico ficou circunscrito basicamente a duas questões: 1) a definição do ritmo e da intensidade de implantação das contrarreformas liberais propugnadas pelo Consenso de Washington; e 2) a consolidação das bases institucionais para a subordinação das políticas monetária e fiscal às exigências do tripé que comanda o capitalismo brasileiro – o capital internacional; o capital vinculado ao comércio exterior, sobretudo o agronegócio e o extrativismo mineral; e o capital bancário.

Ao converter a estabilidade do real num fim em si, a discussão econômica foi reduzida a questões instrumentais, baseadas em modelos econométricos autorreferidos, sobre como aprofundar a exposição da economia brasileira à concorrência global e como administrar o equilíbrio macroeconômico em função das exigências do capital internacional. O sentido do movimento histórico que daí decorre implica a transformação do Brasil numa megafeitoria moderna, pois assim, como diria Cazuza, se ganha mais dinheiro.

Apesar dos evidentes efeitos deletérios do Plano Real sobre a economia – a desindustrialização, a especialização regressiva na divisão internacional do trabalho, a progressiva precarização das condições de trabalho no campo e na cidade, o rebaixa-



WIKIPEDIA



mento do nível tradicional de vida dos brasileiros, a escalada da desigualdade social, a deterioração das políticas públicas, o esvaziamento da soberania nacional e a aceleração da devastação ambiental – em nenhum momento o debate público abriu espaço para a crítica do rumo da política econômica. Antes o contrário.

Sem problematizar a extraordinária vulnerabilidade do Brasil às vicissitudes da economia internacional, as duas grandes crises do padrão de acumulação liberal-periférico – a do final dos anos 1990 e a que se arrastou de 2015 a 2020 – foram aproveitadas para justificar o aprofundamento da ofensiva contra o trabalho e o meio ambiente.

Com a imposição do regime de metas para a inflação pelo FMI, em 1999, a cruzada pela estabilização da moeda incorporou a noção de que a âncora cambial deveria ser complementada com uma âncora fiscal que desse segurança ao grande capital de que poderiam especular à vontade em capital fictício denominado em real sem ameaça de calote. Não obstante a crônica penúria de recursos para políticas públicas, desde então, o equilíbrio intertemporal na relação dívida pública/PIB tornou-se o centro do debate econômico. O impacto monetário do acúmulo de reservas cambiais e os gastos financeiros com a ciranda especulativa fundada em dívida pública – dois efeitos colaterais da política de metas de inflação –

foram olímpicamente banidos da discussão.

Depois da eclosão da crise econômica de 2015, provocada pelo fim do *boom* de *commodities* no mercado internacional, a burguesia decidiu dobrar as apostas na globalização multilateral. A agenda apresentada na famigerada Ponte para o Futuro de Michel Temer passou a ser polarizada em torno da urgência de uma nova rodada de contrarreformas liberais e da necessidade de uma política draconiana de austeridade monetária e fiscal, baseada na independência do Banco Central e na filosofia do Estado mínimo que orienta as diferentes modalidades de Teto de Gastos.

III.

O fim da paz social, com as Jornadas de Junho de 2013, e a necessidade de aprofundamento das contrarreformas liberais foram fatores decisivos para que as classes dominantes tomassem a decisão de fechar definitivamente todas as brechas que poderiam eventualmente ser utilizadas para contestar o Plano Real. Após a Reforma Eleitoral do infame Eduardo Cunha, as forças políticas foram intimadas a se enquadrar incondicionalmente às exigências do capital ou sofrer as consequências. O debate eleitoral perdeu todo o contato com a realidade. O debate político tornou-se um espetáculo circense.

Temendo a marginalização e a estigmatização, os partidos que faziam parte da esquerda da ordem acomodaram-se às exigências da nova rodada de contrarreformas liberais. Os partidos que compunham a esquerda contra a ordem foram completamente marginalizados das eleições. E, para arrematar, o uso indiscriminado das redes sociais como instrumento de manipulação ideológica e política transformou o debate público num show de horrores totalmente hermético aos interesses das classes subalternas.

IV

A construção de um Projeto Nacional pressupõe a crítica radical das estruturas econômicas, sociais e culturais que bloqueiam o desenvolvimento nacional, assim como a encarnação dessa crítica num movimento político que coloque na agenda política a necessidade histórica da constitui-

ção de uma sociedade nacional que possua existência autônoma e força própria. Nenhum desses pressupostos está presente na nossa realidade.

O golpe militar de 1964 banuiu o desenvolvimento da agenda nacional e esmagou as Reformas de Base. A conclusão da revolução burguesa com uma contrarrevolução permanente cristalizou o Brasil como uma subnação completamente à mercê da lei do desenvolvimento desigual e combinado que dinamiza o sistema capitalista mundial.

Não existe a mínima possibilidade de recuperar a oportunidade perdida. Na era da crise estrutural do capital – o capitalismo de nosso tempo –, a mera noção de Projeto Nacional tornou-se um contrassenso. A expansão das forças produtivas em escala planetária e a internacionalização dos capitais solaparam qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista nacional.

Paradoxalmente, o novo contexto histórico reforçou a urgência de um projeto político que abra novos horizontes para o povo brasileiro. Aos problemas históricos da sociedade brasileira – a segregação social e a dependência externa – somaram-se problemas novos – a reversão neocolonial e o colapso climático. Não há como solucioná-los nos marcos do Estado burguês. O esvaziamento da soberania nacional, a superexploração do trabalho e a pilhagem da natureza são consequências inexoráveis da aliança inquebrantável do imperialismo com a plutocracia nativa.

Quem imaginar que a eleição possa abrir novos horizontes ficará esperando Godot. Enquanto a tragédia nacional não for contestada nas ruas, no campo e nas fábricas, os que vivem do próprio trabalho permanecerão prisioneiros da miséria do possível.

** É professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do site Contrapoder.*



O curttoprazismo como regra

Paulo Kliass*

■ A crise econômico-financeira de 2008/9 e a crise provocada pelo advento da Covid-19 em 2020/21 provocaram mudanças profundas na forma de organização do capitalismo em suas escalas nacionais, regionais e global. Os diferentes países do mundo buscaram encontrar respostas e soluções para o ineditismo das situações criadas, mas quase sempre o caminho escolhido envolvia o abandono do rigor das práticas de austeridade fiscal e de condenação da presença do Estado na economia. Do ponto de vista das regiões, a própria União Europeia também apresentou propostas que, na prática, significavam uma ruptura com os cânones do dogmatismo neoliberal.

No caso dos Estados Unidos, alguns paradigmas foram abertamente desmontados. O governo federal, por meio do Tesouro estadunidense, injetou recursos bilionários para evitar a quebra de instituições financeiras relevantes, a exemplo do banco Lehman Brothers e das empresas de crédito imobiliário hipotecário, como Fannie Mae e Freddie Mac. Além disso, um dos conglomerados mais icônicos do simbolismo do imperialismo norte-americano no planeta, o conglomerado automobilístico General Motors, chegou a ser estatizado durante algumas semanas depois que o governo comprou suas ações na bolsa de valores para evitar sua quebra.

Esse primeiro momento da crise internacional colocou em compasso de espera a continuidade das medidas de política econômica inspiradas no neoliberalismo em seu estado mais puro. Os governos dos países do centro do capitalismo passaram a gastar mais recursos públicos do que faziam até então, uma vez que foi estabelecido um consenso de que, sozinhas, as forças da livre iniciativa não seriam capazes de evitar uma catástrofe de escala global. Assim, o Estado foi chamado mais uma vez a intervir para

que as consequências da crise não fossem ainda mais graves e prejudiciais ao próprio processo de acumulação de capital.

No entanto, essa retomada da presença do setor público na seara da economia não significou a recuperação de modelos inspirados na tentativa do ensaio social-democrata ou mesmo de programas governamentais de inspiração keynesiana. Apesar do reconhecimento da importância da ação estatal localizada nos dois momentos acima mencionados, o fato é que o planejamento governamental não foi reincorporado como prática nos diferentes Estados nacionais. Houve alguns movimentos de reestatização de empresas que haviam privatizadas em determinados setores de serviços públicos, mas a crença no papel essencial do capital privado no processo econômico se manteve praticamente inalterada.

O processo brasileiro evoluiu de forma um tanto distinta a partir de meados da década de 1980. Enquanto os países do chamado “mundo desenvolvido” abraçavam de forma entusiasmada os ditames daquilo que viria ser embalado sob a forma do Consenso de Washington, por aqui o nosso País vivia a transição do fim do regime militar e a definição de uma nova ordem política, econômica e social ao longo do processo da Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 e 1988. Assim, o modelo que resultou da definição constitucional previa um sistema de inspiração no Estado de Bem-Estar Social, com fortes determinações da presença do setor público na economia de uma forma geral. O novo consenso mantinha a estrutura de setores econômicos com atuação de empresas estatais e estabelecia a obrigatoriedade de oferta de serviços públicos sob a responsabilidade do Estado. De uma certa forma, o Brasil caminhava na contramão da tendência observada no resto do mundo capitalista.

Um aspecto relevante nessa configuração político-institucional refere-se à afir-



CLIQUE E OUÇA

mação da importância do planejamento governamental. O novo texto constitucional estabelece em seu corpo, dentre as múltiplas atribuições da União, o seguinte:

(...) “Art. 21

(...) ”

X - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;” (...)

Além disso, no capítulo destinado à matéria orçamentária, a nova Carta estabelece um instrumento inovador, o Plano Plurianual (PPA). Ele é constituído em lei, assim como as demais peças de orçamentos do governo federal: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Apesar de sua natureza quadrienal, na prática, o planejamento de médio prazo efetivamente jamais existiu. O PPA transformou-se em uma sucessão de revisões anuais de um plano de quatro anos.

Mas o fato mais relevante para análise reside no fato de que jamais o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) previsto no art. 21 foi implementado. Além das razões relativas ao ambiente mais geral de vigência da hegemonia das ideias do neoliberalismo, pesa também a herança incômoda da experiência do II PND. Trata-se de um plano levado a cabo durante a ditadura militar (1974-1978), durante o mandato do General Presidente Ernesto Geisel. O plano foi, certamente, o último experimento de planejamento governamental com alguma perspectiva daquilo que pode ser chamado genericamente de nacional-desenvolvimentismo.

Operando como uma tentativa de resposta à crise econômica internacional e seus reflexos mais agudos sobre os países do chamado Terceiro Mundo, o plano buscava orientar ações de curto prazo com a estruturação de iniciativas de médio e longo prazos. A presença do Estado era relevante no modelo adotado, seja por meio da disponibilização de recursos públicos para os investimentos necessários, seja pela ação direta das empresas estatais em diferentes ramos da economia. O documento contemplava três grandes áreas estratégicas: i) infraestrutura; ii) bens de produção; iii) energia.

No entanto, o processo de aprofundamento da crise do setor externo e a elevação crescente da inflação a partir de 1979 terminam



por reduzir os efeitos do II PND. A capacidade de investimento público se viu reduzida e a espiral inflacionária diminuiu drasticamente a capacidade de previsão para qualquer horizonte de prazo mais longo. Passa a prevalecer, desde então, a lógica do curtoprazismo para toda e qualquer decisão de política econômica. Seja no âmbito do Estado, seja na esfera do capital privado, perde-se a capacidade de planejamento com um mínimo de racionalidade. Convivendo com o esgotamento do regime militar e a transição democrática, a década de 1980 e o início de 1990 foram períodos marcados por sucessivos planos de estabilização econômica fracassados e por mudanças de padrão monetário que tampouco tiveram êxito. A situação só viria a se afirmar com alguma previsibilidade a partir do Plano Real em 1994.

O foco da política econômica era uma política monetária de juros bastante elevados e uma política fiscal marcada pela austeridade extrema. Sob tais condições, a capacidade de investimento público se reduz de forma severa, ao mesmo tempo em que a política de valorização cambial – derivada da busca incessante por recursos externos – aprofunda a capacidade industrial interna. Assim, ao longo das últimas quatro décadas, o fenômeno da desindustrialização tem sido uma triste marca da nossa economia, provocando uma redução significativa da capacidade de produção de bens de maior valor agregado internamente ao País.

Ora, tendo em vista os condicionantes

acima descritos, é compreensível que tenha ficado bastante reduzida a capacidade de pensar e implementar um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Esta passividade é tanto mais grave quanto se imagine um contexto em que o governo não tome a iniciativa neste sentido. Com a manutenção sistemática de taxas reais de juros dentre as mais elevadas do mundo, o estímulo permanece sendo para a aplicação agregada de recursos na esfera do financeiro. O investimento no setor real da economia, em atividades produtivas, é claramente desincentivado. O horizonte do retorno do capital aplicado é o de menor prazo possível, ainda mais com a garantia assegurada pelo Tesouro Nacional ou outras entidades do Estado brasileiro.

A conhecida capacidade de resiliência de nossa sociedade e de nossos atores econômicos faz com que os processos de acomodação ao ambiente macroeconômico prejudicial sejam recorrentes. Durante os períodos de elevadas taxas de inflação – inclusive marcados por momentos de hiperinflação – percebeu-se uma espécie de criação de expedientes de convivência coletiva neste tipo de cenário. Criou-se uma espécie de “dependência química” de amplos setores da sociedade brasileira com ambientes marcados por ritmo de alto crescimento dos preços. De forma semelhante, pode-se dizer que houve uma espécie de acomodação de natureza quase cultural de nossa sociedade a ambientes de elevadas taxas de juros.

Assim, já faz algumas décadas que o curtoprazismo converteu-se na regra. O planejamento governamental, além de ser considerado um palavrão pelas elites e pelos grandes meios de comunicação, tornou-se uma impossibilidade. Finalmente, recorrer ao Estado como instrumento para assegurar a liderança de um novo e necessário ciclo de desenvolvimento econômico e social depende da vontade política do governo de plantão. Superar o “aqui e agora” para incorporar os horizontes de médio e longo prazos exige uma postura firme das lideranças políticas, que não podem se acomodar à inércia que amarra a âncora à passividade da quase inação.

** É doutor em Economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.*

A ditadura do curttoprazismo: encontros entre conservadorismo e liberalismo no Brasil

Maria Malta*
Ian Horta**

■ Quando os países pensam em projeto de nação? Esta é uma pergunta com muitas nuances importantes para compreendermos a ditadura do curttoprazismo no Brasil. Existe uma tradição de estudo nas ciências sociais brasileiras, que – nem um pouco surpreendentemente – falta nos currículos de Economia, de conhecer as interpretações do Brasil como parte fundamental do entendimento da construção da ideia de Brasil. É bastante interessante, como nos alerta Ricupero¹, que o fenômeno intelectual que se debruçou para compreender o passado, tomá-lo como referência crítica para analisar a conjuntura presente e propor um projeto de futuro tem um período bem determinado no país. Este ocorreu entre 1870, quando crescem as manifestações, organizações políticas e movimentos sociais abolicionistas e o ano de 1964, quando termina, com um golpe de Estado, a segunda onda de esperanças de um desenvolvimentismo sem autoritarismo. É fato que as esquerdas continuam produzindo obras de interpretação do Brasil de forma mais isolada, como foram os casos dos trabalhos *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, e *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, respectivamente publicados em 1966 e em 1975. No entanto, as reverberações dessas reflexões já não engajaram mais os espaços de organização política no país. Existe uma seca de quase 50 anos deste tipo de formulação: a concepção de programa político parece derrotada pelo curttoprazismo.

Por outro lado, os “donos” da ordem agem com tempo – e já há bastante tempo. Há mais 40 anos, Antônio Candido² destaca a importância de se compreender o pensamento conservador brasileiro, “porque com o passar do tempo verifica-se que uma das características fundamentais da mentalidade e do comportamento político no Brasil

é a persistência de posições conservadoras, formando uma barreira quase intransponível”. O destaque feito pelo autor nos leva à necessidade de compreender as raízes e origens de um pensamento que persiste e se apresenta como opção em diversas conjunturas no Brasil, inclusive hoje.

Há, no entanto, um caminho diferenciado quanto às marcas econômicas e ao viés social do pensamento conservador no Brasil. Historicamente, o pensamento conservador brasileiro afastou-se do pensamento liberal, seja por seu caráter nacionalista, seja pela necessidade de marcar governos fortes e centralizados, remetendo a um Estado poderoso. Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna, futuros partícipes da revolução de 1930, formam o grupo original conservador que discute a questão social e econômica de um Brasil independente de Portugal. Argumentam pela urgência de enfrentar o problema da formação da nacionalidade nos países colonizados. Por isso insistem nas pautas da formação de uma nação, da identidade do povo brasileiro e da concepção de Estado forte e hierarquicamente organizado. Dão o tom durante as três primeiras décadas do século XX, anos de grande discussão sobre o projeto do país.

Na década de 1940, houve um reforço específico no debate econômico que culminou na discussão pública entre Eugênio Gudin, um liberal econômico, e Roberto Simonsen, um pragmático representante da elite paulista. Questionavam se o país deveria seguir o caminho da vocação agrária ou abrir a agenda de um investimento necessário para a industrialização, como rota para a formação de uma economia nacional sólida. A conciliação de interesses contida no argumento de Simonsen pareceu vencer o debate, e também deu voz a uma fração da classe que ganharia importância crescente na república: os industriais. A partir daí, o pensamento conser-



Maria Malta



Ian Horta



CLIQUE E OUÇA



vador passou a adotar uma linha que sempre incluía a dimensão da estratégia econômica nos seus discursos e projetos, buscando manter distância dos liberais até o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento do acordo de Bretton-Woods.

Após 1945, recomeça o debate de abrir as portas ao capital internacional em setores estratégicos do país, bem como para permitir a participação de agentes estrangeiros em comissões fundamentais para o planejamento do projeto nacional, como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) (1951-1953). Assim, o “projeto nacional” em disputa assistia a tensão entre desenvolvimentistas nacionalistas e desenvolvimentistas articulados com o capital internacional. Conservadores se aproximaram das duas linhas; no entanto, a aproximação com o liberalismo ainda tinha passos a dar em direção a um encontro mais intenso.

Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimentismo entrou no debate de maneira mais firme, e o pensamento conservador se desenvolveu por meio do tema do desenvolvimento econômico com a marca do centralismo estatal. Foi sobre este tipo de desenvolvimentismo que se deu o golpe de 1964. O governo autoritário foi justificado como necessário para a construção de um bom caminho de desenvolvimento. No entanto, a questão nacional tornou-se relativizada no que diz respeito às finanças e ao sistema de propriedade das empresas produtivas. Como resultado, as políticas econômicas do período foram influenciadas apenas de forma moderada e mediada pelo pensamento liberal.

Ainda sob governo ditatorial, a partir da ascensão do neoliberalismo na década de 1970, podemos observar uma transformação dos argumentos que abandonam definitivamente um desenvolvimentismo nacionalista. Inicia-se também a defesa de uma menor participação do Estado na direção de investimentos estruturais e ações diretas na economia (os trabalhos de Roberto Campos – o avô, não o Neto – se destacam nesse perfil). A importância do desenvolvimento do sistema financeiro ganhou centralidade principalmente no início da década de 1970 e abriu a década de 1980 como tema fundamental a ser abordado para garantir simultaneamente o crescimento econômico e a estabilidade

monetária. Este é o momento crucial de observação do processo que aproximou definitivamente liberais e conservadores no Brasil.

Nesse período, surgiram projetos de formação e transformação dos mercados financeiros mundiais e locais com o argumento da urgência da flexibilização do controle de capitais na entrada e saída da conta de capital da balança de pagamentos pelo Estado. Ao mesmo tempo, a entrada de capital internacional para ações de curto prazo e para a compra de ativos do Estado brasileiro foram apontadas como muito valiosas para a estabilização monetária. Essa centralidade da estabilização se associou a um esquema inicial de privatização que seria o eixo das ações do governo durante a década de 1990.

Este é o ponto de encontro. A aproximação entre o pensamento conservador e liberal no Brasil pode ser observada pelo fim da proposta de projetos de nação e a centralidade que as políticas econômicas de estabilização passam a ter no debate político brasileiro – expressão da vitória de Fukuyama e Friedman. Os trabalhos produzidos por Fernando Henrique Cardoso, Mario Henrique Simonsen e Roberto Campos são as peças iniciais para compreender o movimento que deu origem às formulações atuais do pensamento conservador e social-liberal brasileiro. As novas “interpretações do Brasil” desistiram de formular um projeto de nação e colocaram em seu lugar construir uma forma lucrativa de participação no mercado mundial. Associado a este projeto define-se a ditadura do curtoprazismo.

O tsunami neoliberal foi tão significativo que mesmo a organização partidária resultante dos mais fortes movimentos sociais do pós-ditadura empresarial-militar, como o MST e o gigantesco movimento sindical que culminou com a fundação da CUT em 1983, foi também atingida. O Partido dos Trabalhadores (PT), que em seu primeiro programa de congresso mantinha a revolução socialista em seu horizonte, revelou, na progressão dos programas de seus congressos, o desmoronamento deste compromisso, aderindo ao curtoprazismo na hora de pensar o Brasil³.

Sendo assim, precisamos compreender que há sim um projeto de país: ele só não está aberto à discussão. Não há espaço para o “radicalismo” do projeto de nação no senti-

do republicano ou para a revolução contra a ordem do capital. Há um projeto de inserção internacional dependente, em que as burguesias de um capital “sem pátria” ganham política e financeiramente, sem ter que discutir qual nação desejam. Eles já a tem.

O que sobra, então, aos setores sociais no Brasil que querem um projeto não para o país, não para o “Brasil” enquanto ente abstrato, mas para aqueles sujeitos que movem a engrenagem econômica diariamente, surrupiados pelo capital e pela exaustiva jornada 6x1? Só a revolução. Desafiar-se a pensar um projeto de país, hoje, significa colocar em questão toda a ordem existente. É um movimento que exige do coletivo uma crítica às formas vigentes de sociabilidade e a disposição de considerar um futuro com novos conteúdos, rompendo com o *status quo*. Para tanto, é necessário tempo. O tempo de formular a mudança e o tempo de experimentá-la. A ordem dominante não permite estes tempos e na história do Brasil, sempre que se aponta para uma saída aparentemente fora da ordem, vem com força a contrarrevolução preventiva. Se Paulo Arantes está certo em apresentar o “novo tempo do mundo” como uma “era da emergência” na qual estamos presos em um horizonte sem expectativas,⁴ devemos a isso acrescentar que, nesse cenário, cumpre àqueles mesmos sujeitos, destituídos de si mesmos pelo capital, construir essas expectativas no movimento prático. Reflexões sobre programas políticos para além do curtoprazismo imposto pelo capital parecem ser um bom caminho a ser seguido.

* É professora titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema).

** É professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Niep-Marx e do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema).

1 Bernardo Ricupero, *Sete lições sobre a interpretação do Brasil*, Editora Alameda, 2016.

2 Antônio Candido, *Os radicalismos*, Revista Estudos Avançados, 4(6), USP, 1988.

3 Mauro Iasi, *Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e consentimento*, Editora Lutas Anticapital, 2023.

4 Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo*, Editora Boitempo, 2014.

Desenvolvimento econômico sob limites autoimpostos: os dilemas da economia brasileira

Luciana da Silva Ferreira*
Roberto de Souza Rodrigues**

■ O debate sobre o desenvolvimento econômico do país impõe a reafirmação do papel do Estado como protagonista desse processo. Não apenas porque a experiência comparada de países que lograram êxito na alteração dos seus padrões produtivos tivera o Estado à frente dessa transformação, mas porque o próprio desenvolvimento, entendido como mudança estrutural da organização dos fatores produtivos, exige coordenação e planejamento com grande aporte de recursos. Essas transformações demandam investimentos de grande porte, cujo volume e grau de incerteza dificilmente seriam assumidos pelo setor privado. Isso pois, de um lado, trata-se de investimentos de alto custo, frequentemente associados a retornos lucrativos incertos; de outro, exigem visão estratégica e capacidade de sustentar os gastos correntes oriundos dos altos investimentos. Esse desafio configura-se numa tarefa que recai, precisamente, sobre o Estado em dois aspectos: planejamento e liderança estratégica.

No Brasil, no entanto, para além das barreiras e desafios estruturais de planejamento, há um elemento adicional que se opõe à tarefa de políticas de desenvolvimento econômico: trata-se da visão liberal de que para atingirmos um novo patamar de crescimento, é preciso que o Estado se retire da economia e que esse processo seja conduzido pelo setor privado. As experiências de países desenvolvidos e do próprio Brasil em período recente mostram exatamente o contrário. Não há desenvolvimento sem a proeminência do Estado e sem planejamento de longo prazo.

Reconhecida, portanto, a centralidade do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, um questionamento se impõe:

por que o Brasil não consegue consolidar uma trajetória semelhante às outras economias que alcançaram transformar sua estrutura produtiva? Longe de oferecer uma única resposta para isso, nossa reflexão parte de três tipos interligados de constrangimentos ao desenvolvimento econômico no Brasil: i) Persistência de uma visão liberal que associa a ação do Estado na economia à ineficiência e ao desestímulo a projetos industriais privados mais ambiciosos; ii) Assimetria entre o tempo de maturação de projetos industriais coordenados pelos Estado e os ciclos políticos e fiscais; iii) Predomínio de amarras fiscais e institucionais que condicionam a expansão dos investimentos públicos e planos políticos de desenvolvimento à lógica da arrecadação tributária e fragmentação orçamentária, limitando a capacidade de coordenação estratégica do Estado.

Em relação ao primeiro ponto, a literatura econômica tem apresentado amplo conjunto de estudos que destacam a importância da atuação estatal nos processos de *catching-up* dos países que provocaram uma mudança dos seus padrões produtivos. A experiência dessas economias revela uma atuação deliberada do Estado na direção de uma mudança estrutural. Essa atuação se deu em duas frentes complementares: de um lado, pela realização de grandes investimentos públicos em atividades estratégicas, capazes de ampliar a capacidade produtiva e criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, por meio de indução ao investimento privado, como créditos, subsídios e financiamento de longo prazo que estimularam o investimento privado nas atividades prioritárias.

Neste sentido, é preciso superar a visão convencional segundo a qual a ação estatal na economia produz necessariamente um



Luciana da Silva Ferreira



Roberto de Souza Rodrigues



CLIQUE E OUÇA



efeito *crowding out* em razão de uma suposta disputa por recursos escassos. Pelo contrário, as evidências e a tradição kaleckiana indicam que os gastos do governo geram efeito *crowding in*, estimulando os investimentos privados. Além disso, ao agir como demandante estratégico, o Estado não apenas induz o investimento privado, como pode orientá-lo, direcionando recursos para setores com maior poder de transformação estrutural. Dessa forma, há de se ressaltar a importância do Estado em incentivar investimentos estratégicos, inclusive em Pesquisa e Desenvolvimento, e coordenar a política econômica, objetivando a transformação estrutural.

Aliás, faz-se necessário reconhecer que todo investimento público compõe a demanda efetiva e, portanto, tem potencial para estimular a demanda interna, induzir novos gastos privados e ampliar a renda de uma economia. No entanto, nem todo investimento público está necessariamente orientado à mudança estrutural capaz de elevar o patamar e o estágio de desenvolvimento de um país. Há aqui uma distinção importante. Quando o Estado planeja um programa de governo com objetivos de ampliar a frota de ônibus escolares, reformas hospitalares e reestruturação de aeroportos, por exemplo, é possível reconhecer que isso amplia a renda da economia, incentiva os investimentos privados (ampliam a demanda interna, geram efeito multiplicador sobre o setor privado), além de aumentar o acesso a

serviços e melhorar o bem-estar da sociedade, gerando ganhos sociais relevantes. Contudo, não alteram, por si só, a estrutura produtiva do país nem redefinem seu padrão de desenvolvimento.

Somente o Estado, que possui autonomia dos gastos, é capaz de criar demanda por produtos que estimulem o setor privado a ampliar sua produção. Essa atuação envolve, simultaneamente, a proteção da indústria nascente e a indução do encadeamento produtivo capaz de alterar a estrutura produtiva do país.

Em relação ao segundo ponto que destacamos inicialmente, a implementação de uma política industrial que busque o desenvolvimento econômico exige um horizonte de planejamento que seja compatível com o tempo de consolidação do investimento. Políticas industriais, investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e em infraestrutura possuem custos elevados e com resultados distribuídos ao longo do tempo. No caso do Brasil, contudo, a condução da política econômica tem sido condicionada por uma lógica de curto prazo, marcada por metas fiscais estabelecidas anualmente e por constante preocupação com a reação do mercado financeiro às ações do governo.

Neste sentido, os investimentos públicos têm se tornado cada vez menos estratégicos e orientados ao desenvolvimento econômico exatamente por não gerarem efeitos políticos e econômicos imediatos. Verifica-se, dessa forma, uma assimetria temporal e de interesses entre a lógica do desenvolvimento econômico e a lógica da consolidação fiscal. Isso fragiliza a possibilidade de existência e continuidade de políticas que mirem o desenvolvimento econômico e desestimula a coordenação entre Estado e setor privado.

Sobre o terceiro ponto que abordamos, consolidou-se no Brasil nas últimas décadas uma agenda de austeridade no planejamento do orçamento público que rejeita a formulação de planos que requerem grandes volumes de recursos para investimento. De acordo com o Novo Arcabouço Fiscal, por exemplo, predomina uma lógica orçamentária determinada por metas fiscais de curto e médio prazos. Embora a regra esta-

beleça um piso para investimentos públicos, sua expansão permanece condicionada ao desempenho da arrecadação tributária. Essa subordinação dos gastos aos tributos é incompatível com um projeto industrial de transformação estrutural da economia.

Ainda no âmbito orçamentário, um agravante que tensiona as decisões do governo na direção de um projeto de longo prazo é a rigidez encontrada pelo alargamento das emendas impositivas que obrigam o Executivo a destinar parcela do orçamento a projetos recomendados por parlamentares. Isso até poderia parecer relevante para fortalecer o pacto federativo e aumentar a participação regional no orçamento. Mas acaba por fragmentar o investimento público, direcionando parcela do orçamento para projetos de curto alcance. Projetos de transformação estrutural, contudo, necessitam de coordenação estratégica, algo dificilmente compatível com uma execução orçamentária fragmentada. Ou seja, mesmo que haja espaço no orçamento fiscal, a possibilidade de direcionar recursos para investimentos que respondam a uma estratégia nacional de desenvolvimento depende da articulação política entre os poderes e uma pactuação institucional que alinhe prioridades de longo prazo. Trata-se de um elemento não apenas de ordem fiscal, mas também político-institucional, desafiando o governo a uma coordenação estratégica dentro de um ambiente de dispersão das decisões de política econômica.

Em síntese, o debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil não pode ser reduzido à oposição simplista entre Estado e setor privado, nem à mera discussão sobre metas fiscais. Trata-se de compreender que a transformação estrutural constitui um processo intertemporal e politicamente coordenado, no qual o Estado exerce papel insubstituível como planejador e indutor do desenvolvimento.

* É professora associada do ICSA/UFRRJ e coordenadora do Grupo de Pesquisa de Política Econômica.

** É reitor da UFRRJ e coordenador do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro – Friperj.

Financismo, curtoprazismo e o ocaso dos projetos de desenvolvimento de longo prazo

Helena Lastres, José Cassiolato e Marina Szapiro*

■ A noção de desenvolvimento resulta de debates que evoluíram ao longo dos séculos. A partir da descolonização e das transformações pós-Segunda Guerra Mundial, destacou-se como tema central de estudos e políticas. Em decorrência disso, o planejamento de longo prazo constituiu-se no principal elemento estratégico para o desenvolvimento na maioria dos países, até a aceleração do processo de globalização, nos anos 1980. A partir de então, o forte ataque a qualquer tipo de intervenção pública resultou no abandono do planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento de longo prazo.

Refletindo tais mudanças, registra-se que, no Brasil, os cursos de graduação em Economia ofereciam disciplinas como “Po-

lítica e Planejamento Econômico”, visando a capacitar os futuros profissionais nessa área; e desde os anos 1990, tais cursos, inclusive os autointitulados “heterodoxos”, deixaram de oferecer tal opção.

Essas são algumas das razões que explicam porque continuamos sem um projeto de nação e sem planejamento de longo prazo. Visando a aprofundar essa reflexão, discutimos, em livro recente,¹ alguns argumentos que consideramos fundamentais. Propomos, aqui, resgatar alguns essenciais, usando a proposta de Milton Santos (2000) de focalizar os impactos produzidos pela ascensão da “dupla tirania do dinheiro e da informação” – considerada como base do “sistema ideológico validado pelo pensamento único” –, que legitima as características do novo *ethos* nas relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter e as formas de atuação dos Estados, empresas e indiví-

duos. Alertas visionários foram elencados:

- Passamos a viver em um “período histórico de crise estrutural” no qual as propostas de solução passaram a ser ainda mais fortemente condicionadas pelos interesses dos países do Norte global, suas gigantescas corporações e “elites locais”, crescentemente subordinados aos interesses do capital financeiro;
- Por intermédio do dinheiro, o contágio das “lógicas redutoras” difundiu um nexo contábil – as regras e condições da financeirização neoliberal – que invadiu e avassalou tudo;
- Deflagrou-se nova forma de “perversidade sistêmica”, refletida no acirramento da competitividade, confusão dos espíritos, violência estrutural, “esquizofrenia do território”, ataque à política do Estado e imposição de uma política comandada pelas empresas;



Helena Lastres



Marina Szapiro



José Cassiolato



- As soluções locais passaram a enfrentar dificuldades ainda maiores, diante dos permanentes desafios colocados pelos países e agentes mais poderosos.

Convergentemente, Tavares (2000) salientou outras perversidades consequentes de tal situação, com efeitos ainda mais graves que o próprio reforço das disparidades, da submissão das populações e, até mesmo, da destruição da natureza.

“A novidade aterradora reside na tentativa empírica e simbólica de construção de um único espaço unipolar de dominação. A tirania do Dinheiro e da Informação, produzida pela concentração do capital e do poder, tem hoje uma unidade técnica e uma convergência de normas sem precedentes na história do capitalismo” (p. 2/3).

Tal condição vem gerando uma série de impactos, muitos dos quais ainda não estamos preparados para enxergar, mensurar e controlar. Aqui cabe focalizar, sobretudo, as amarras postas aos Estados, que impedem o planejamento e a implementação de projetos de desenvolvimento de longo prazo no mundo inteiro. No Brasil, subsequentes governos reintroduziram planos para o desenvolvimento marcados por instrumentos de política chancelados pela agenda liberal e limitados pelo não enfrentamento dos problemas advindos desse duplo desafio.

O debate travado sobre a “tirania do dinheiro” acompanha o aprofundamento da financeirização e tem contribuído para desmistificar falácias e revelar suas consequências mais impactantes. Coutinho (2003) aludiu aos impactos dos “regimes macroeco-

nômicos malignos” que combinavam taxas de juros altas com taxas de câmbio sobrevalorizadas, nocivas à produção doméstica e à competitividade do país. Fabio Erber (2011) também apontou as restrições postas pela “convenção neoliberal financeira” – com seu foco no curto prazo, estímulo ao rentismo e condições que impediavam a implementação de vários tipos de estratégias privadas e principalmente governamentais.

Leda Paulani (2021) alertou para o “terrorismo econômico”, que há muito nos flagela e se alimenta de “verdades”. Como a alegada necessidade de estabelecer uma “âncora fiscal”, sinônimo “capcioso” do “famigerado e criminoso teto de gastos”, o qual constitui “parte do projeto de destruição neoliberal de nosso Estado”.² Belluzzo (2023) acrescentou que: “camufladas em uma au-

ra técnica e científica, hipóteses são transformadas em ferramentas”, obscurecendo a compreensão do capitalismo “como economia monetário-financeira em permanente movimento”. Também criticando a “famigerada necessidade” de alcançar o ajuste fiscal, ressaltou que, em nome da ciência econômica, as pessoas são pressionadas a se sacrificar, aceitando cortes nos gastos sociais, direitos e benefícios trabalhistas, ou encarar a destruição da economia.”³

O Brasil tem, inclusive, sido chamado de masoquista devido à autoimposição e insistência em “estratégias austericidas” que, além da obsessão curttoprazista, exigem a manutenção de elevadas taxas de juros.⁴ E que levam à destruição de conquistas sociais expressas por garantias constitucionais, principalmente no caso da saúde, educação, previdência social e demais direitos humanos.

Falácias – como “responsabilidade fiscal”, “autonomia do Banco Central”, etc. – continuam a amarrar o Estado brasileiro, impedindo-o de enfrentar os desafios das significativas vulnerabilidades causadas pela dependência e falta de soberania, as quais ameaçam sua própria sobrevivência. Reafirmamos a urgência de superar a reprodução acrítica e superficial desses termos e preenchê-los com o conteúdo resultante de debates com os conjuntos das sociedades sobre o que se espera para o futuro e do papel do Estado.

A camisa de força colocada pela “convenção neoliberal financista” com sua obsessão curttoprazista; oposição a riscos, novidades e diversidades; exigências de elevados retornos financeiros; e imposição de regras que, além de estimularem o rentismo e inviabilizarem vários tipos de políticas estratégicas, impedem o apoio aos que mais necessitam: as comunidades e agentes informais, pequenos e situados em territórios marginalizados. De fato, as condições e regras para financiamento – definidas por agentes privados localizados em um único país – operam como poderosa “política implícita”, dificultando e mesmo impedindo o apoio a agentes, atividades e territórios de vários tipos.

Reafirma-se a alta vulnerabilidade associada às regras financeiras, as quais, no Brasil, atualmente – e já foram muito diferentes no passado – permitem apoiar qualquer tipo de empresa, inclusive as gigantes transnacionais, mas não quem mais precisa e não possui outra alternativa de apoio, senão do Estado. Tais condições excludentes, decisivas no financiamento, têm poder superior aos objetivos de qualquer política prioritária do Estado nacional! A consequência é a anulação de qualquer plano de desenvolvimento, em especial os de longo prazo, e a amarração do Estado aos ditames da financeirização hegemônica. Não podemos naturalizar o fato que há meio século não exista no país o que se possa de fato chamar de projeto nacional.⁵

Já no debate sobre a “tirania da informação”, discutimos a estreita articulação das grandes corporações digitais (GCDs) com os grandes oligopólios “gestores de ativos financeiros” e vimos como, conjuntamente, tais corporações: (i) adquiriram poder político e econômico sem precedência e muito acima dos Estados nacionais; (ii) enquanto proprietárias de infraestruturas tidas como imprescindíveis, beneficiam-se de novas formas de aferir rendas de indivíduos, empresas e governos, ainda de difícil quantificação, mas criticadas por basearem-se na captura e negociação de informações de forma opaca, ilegal e à margem de controles.

Os Estados passaram a constituir o alvo principal das estratégias das GCDs, por serem os maiores clientes de seus sistemas digitais e ao mesmo tempo geradores “voluntários” de valiosos dados sobre o país, a sociedade, os ativos estratégicos nacionais, etc. E requer muita atenção a proposta de a “regulação algorítmica” substituir as políticas dos Estados nacionais.

Argumentamos, entretanto, que, no atual quadro, torna-se ainda mais vital a atuação dos Estados e que seu futuro depende das capacidades de enfrentar os desafios à sua própria existência e de planejar e implementar políticas. Especialmente aquelas que atendam às requeridas mudanças estruturais de longo prazo, dentro de uma nova

lógica capaz de aliar dinamismo produtivo e inovativo com sustentabilidade, soberania e coesão social e territorial e de colocar em seu centro a vida e o bem-viver, ao contrário da lógica das competições, conflitos armados e demais disputas.

Finalizamos em uníssono com vários que, como Celso Furtado, argumentaram ser imprescindível um projeto nacional especialmente necessário em momentos de grandes mudanças. Sua obra criticou vigorosamente tanto a importação e uso de conhecimentos abstratos e descontextualizados, quanto os modos como esses são impostos ao mundo inteiro. Alerta-se, portanto e sobretudo, para os efeitos perversos da reprodução acrítica de teorias e conceitos que, além de inadequados e reforçadores de dependências e desigualdades, retardam a formulação e operação de modos apropriados de desenvolvimento. Para nós, economistas, tal mudança deve iniciar pela revisão e adaptação dos cursos e programas curriculares à premente necessidade de descortinar caminhos justos, sustentáveis e apropriados para nosso desenvolvimento futuro.

** São professores e pesquisadores associados ao Instituto de Economia da UFRJ e coordenadores da RedeSist.*

1 Lastres, H.; Cassiolato, J.; Dantas, M. (Orgs). *Economia Política de Dados e Soberania Digital: conceitos, desafios e experiências no mundo*. RedeSist/Cicef/Contracorrente, 2025. <http://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/redesist/SITE/LIVRO/Economia-Politica-V1.epub>

2 <https://aterraeredonda.com.br/terraplanismo-economico-e-terrorismo-fiscal/>

3 <https://www.cartacapital.com.br/economia/ideologia-e-economia/>

4 <https://www.youtube.com/watch?v=QTQCISM1BSA&t=7556s>; <https://www.youtube.com/watch?v=VNbiE8w5cTE>

5 Ver também Lastres, H., et al. (Orgs). *O Futuro do Desenvolvimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. www.redesist.ie.ufrj.br



Avanços e contradições da economia brasileira no Governo Lula III

Antonio Corrêa de Lacerda*

■ O Brasil enfrenta enormes desafios advindos do quadro internacional complexo e dos nossos próprios problemas, especialmente relacionados ao conjunto das políticas macroeconômicas adotadas e seus impactos. A este fator se acrescenta a inconstância de políticas de longo prazo. Os avanços obtidos no período 2003-2014 – governos Lula I, Lula II, e Dilma I e Dilma II (interrompido) – foram descontinuados no período seguinte (2016-2022, governos Temer e Bolsonaro). O governo Lula III desenvolve importante esforço de retomada do papel do Estado e das políticas públicas para o desenvolvimento.

Destaque-se os desafios impostos pelo cenário internacional, no qual se destacam os efeitos prevalentes pós-pandemia Covid-19, com impactos significativos na desorganização das cadeias internacionais de suprimentos, também impactadas pelas guerras Rússia-Ucrânia, Israel-Hamas, EUA-Irã, assim como os desdobramentos da crise climática e a guerra comercial, a partir das decisões do presidente norte-americano no que se refere à imposição de tarifas e desordem dos órgãos multilaterais de comércio.

Houve uma reformulação do conceito e da condução da política econômica brasileira, que, ao contrário do governo anterior, que havia sido centralizados em um único ministério, foram redesmembrados nos ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Adicionalmente, foi criado o ministério da Gestão e Inovação do Setor Público. Essas medidas foram fundamentais para requalificar a visão do papel do Estado e das instituições, como bancos públicos e empresas estatais, no objetivo do desenvolvimento. Um claro contraponto ao pretenso



“Estado mínimo” e visão centralizadora das decisões de política econômica.

Os esforços de retomada de políticas de desenvolvimento no Governo Lula III apresentam, apesar do relativamente curto período de implementação e diante de um complexo quadro internacional, evidentes progressos. No campo econômico, o Plano Nova Indústria Brasil (NIB) e o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), assim como o Plano de Transição Ecológica e seus instrumentos, são projetos norteadores de linhas gerais estratégicas para o enfrentamento dos desafios (LACERDA, 2025).

O crescimento da economia tem superado as expectativas, a inflação média permanece no intervalo da meta, o desemprego é o mais baixo desde 2014 e a renda média se recuperou. Há também avanços significativos na distribuição de renda.

Para o desempenho favorável também contribuiu a retomada de programas sociais de elevado impacto, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular e Pé de Meia, para citar os principais.

Outro progresso a se destacar foi o obtido na questão tributária. Depois de mais de três décadas em discussão, houve importante progresso na tributação indireta, nos impostos como ICM-S, IPI e Cofins, reduzindo as distorções decorrentes da tributação duplicada, a guerra fiscal entre estados e municípios e tornando o sistema mais transparente. No âmbito da tributação direta, houve correções na tabela de tributação, especialmente na renda baixa, e progressividade nas rendas mais elevadas.

Feitas essas ressalvas, é preciso destacar que a economia brasileira vive ainda o dilema de baixo investimento (Formação Bruta de Capital Fixo), ainda próximo de apenas 17% do Produto Interno Bruto (PIB), muito abaixo de padrões internacionais, mesmo considerando os países em desenvolvimento.

Mas também neste campo há movimento em curso. Os desembolsos do Programa Nova Indústria Brasil (NIB) já somam R\$ 300 bilhões e devem atingir R\$ 370 bilhões até o final de 2026. Os investimentos totais em infraestrutura, incluindo setor público e privado, têm atingido níveis recorde e devem chegar a R\$ 1 trilhão no acumulado do período 2023-2026. Cerca de 30% deste montante foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destacando ainda o papel do banco na estruturação do financiamento de projetos privados.

Um dos grandes entraves ao desenvolvimento está nas restrições impostas pelas políticas macroeconômicas, especialmente a política monetária, no que se refere às taxas de juros. Os juros elevados por longo período geram enormes distorções. Sob o ponto de vista da taxa básica de juros (Selic) representa distorções significativas:

1. Representa um “prêmio” ao ócio, na medida em que, com raríssimas exceções,

não há outras atividades econômicas tão rentáveis, ou seja, o retorno esperado de qualquer outro empreendimento dificilmente supera o “custo de oportunidade” representado pelos juros;

2. A segunda distorção é que, ao contrário da maioria dos países, o prêmio às aplicações de curto prazo praticamente se equivalem os retornos das aplicações de longo prazo, sendo um incentivo à liquidez;
3. As taxas de juros básicas elevadas também pressionam o custo do crédito e financiamento, dificultando o *funding* para empreendimentos.

Sob o ponto de vista das contas públicas, o custo de financiamento da dívida pública brasileira se mostra um grande desafio. Ao longo das últimas duas décadas e meia, essa tem sido nossa realidade, da qual o atual governo ainda não conseguiu se desvencilhar. O gasto com pagamento de juros atingiu R\$ 718,3 bilhões no final de 2023 (6,6% do PIB), R\$ 870 bilhões (7,7% do PIB) em 2024 e R\$ 1 trilhão (8,0% do PIB) em 2025.

Grande parte do esforço fiscal, seja na ótica da elevação da arrecadação quanto da contenção de gastos, é desperdiçado no pagamento de juros. Essa é a grande questão a ser enfrentada do ponto de vista da política macroeconômica.

A conclusão é que há avanços inegáveis sob o ponto de vista do desenvolvimento no Governo Lula III, principalmente levando-se em conta as restrições impostas pela visão rentista predominante no debate econômico brasileiro, além do fato de não contar com uma base forte de apoio no Poder Legislativo. Acrescente-se o cenário internacional complexo dominado por questões de ordem geopolítica.

As eleições gerais de 2026 representam um ponto relevante de definição do futuro. Mais do que uma disputa polarizada, como querem nos fazer crer a maioria das análises que chegam à opinião pública via grande mídia, trata-se da necessidade de afirmação do Estado democrático de direito, dos valores republicanos e do relevante papel das instituições, dos Pode-

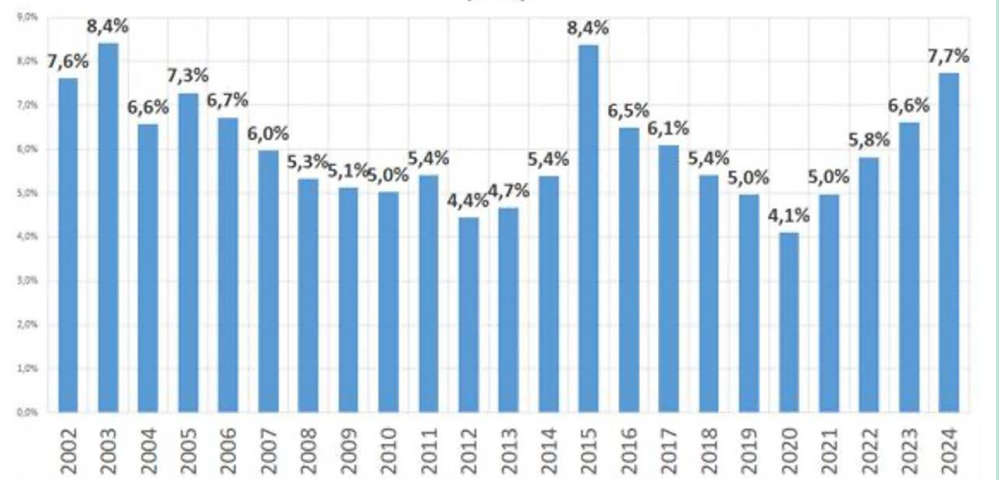
Quadro 1

Desempenho recente da economia brasileira (2019-2026) – Indicadores selecionados

Indicador/ano	2023	2024	2025	2026	Média
PIB – var % real a.a.	2,9	3,4	2,3	2,0	2,70
IPCA – var % a.a.	4,6	4,8	4,3	4,0	4,4
Taxa de câmbio R\$/US\$	4,84	6,19	5,50	5,30	5,45
Desemprego % PEA	7,4	6,2	5,3	5,0	5,9

Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE, BCB e prognósticos do autor.

Gráfico 2: Pagamento Líquido de juros pelo Setor Público (% PIB)



res e do pacto federativo. A preservação e fortalecimento destes valores e princípios é que propiciarão a promoção de políticas públicas voltadas a um projeto de desenvolvimento sustentável, inovador e inclusivo, de forma a enfrentar as restrições apontadas e preservar os avanços e progressos importantes conquistados na gestão atual. A Nação brasileira não pode admitir qualquer retrocesso e concessão a programas e projetos de poder que só favoreçam alguns em detrimento do todo.

* É economista, doutor em Economia pelo IE/Unicamp, professor-doutor do Programa de Pós-graduação em Economia da PUC-SP, conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e assessor da presidência e membro da Comissão de Estudos Estratégicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O artigo reflete opinião pessoal, não necessariamente coincidente com as instituições mencionadas.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Notas para Imprensa das Estatísticas Fiscais*. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em 25/02/2026.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 25/02/2026.

LACERDA, A.C. (2025). O Plano Nova Indústria Brasil (NIB) e a reindustrialização brasileira In: *Contribuições a uma agenda de políticas públicas meso e microeconômicas no Brasil* / Anita Kon (organizadora) – Curitiba: Editora CRV.



CLIQUE E OUÇA

Jônatas da Silva Abreu Aarão assina o 19º artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



O que a guerra comercial entre Estados Unidos e o resto do mundo revela? Notas sobre o imperialismo e a dependência



Jônatas da Silva Abreu Aarão*

■ A guerra comercial, que já havia sido travada em 2018, retornou com força quando o presidente dos EUA, Donald Trump, impôs tarifas sobre a importação de produtos oriundos de diversos países, sob a alegação de que os EUA, para se tornarem grandes novamente, teriam que eliminar o seu déficit comercial. Desde então, as tensões aumentaram, levando a uma série de tarifas retaliatórias e a uma escalada nas hostilidades econômicas globais.

Em geral, a grande imprensa viu as manobras de Trump como uma espécie de retorno a um capitalismo *démodé*, em que o protecionismo detinha primazia na política comercial externa, e bradou pela superioridade do liberalismo econômi-

co. Mas o liberalismo econômico no plano do comércio internacional é, de fato, uma forma superior de organização econômica? O que, afinal, está por trás das retaliações tarifárias?

Os formuladores da política econômica de Trump avaliam que o risco de os EUA perderem o protagonismo mundial diante do avanço da produtividade do trabalho na China é enorme. Com efeito, o rearranjo das relações comerciais e a escalada de hostilidades econômicas e políticas são as armas utilizadas pelos EUA para tentar manter a sua posição de maior império do mundo intacta.

À primeira vista, a adoção de tarifas comerciais parece ser incongruente com esse objetivo, pois tem potencial inflacionário e afasta os produtores estadunidenses do comércio mundial. Uma

análise mais detida, porém, deve procurar rastrear os mecanismos que, em termos mais gerais, estão por trás da guerra tarifária e que são determinantes para a manutenção da atual ordem mundial. Acredito que a batalha tarifária dos EUA contra o resto do mundo revela a existência de uma guerra mais profunda: a concorrência pela governança da cadeia global de valor e pela liderança mundial da produtividade do trabalho; e essa concorrência tem como corolário o imperialismo e a dependência.

Apresentarei meu argumento explorando os eventos que se desenrolaram recentemente, utilizando-os como chave para sustentar que a turbulenta concorrência entre as economias no mercado mundial decorre da necessidade que elas possuem de criar mecanismos para aumentar permanentemente a produtividade do trabalho e, assim, obter riqueza extraordinária; e é aí que se localiza a raiz do imperialismo e da dependência.

Um dos aspectos mais intrigantes dessa análise é constatar que a diferença da produtividade do trabalho entre os EUA e a China ainda é grande. De acordo com dados do Banco Mundial⁵, em 2022 a produtividade do trabalho no primeiro era de aproximadamente 113.000 dólares por trabalhador, enquanto no segundo girava em torno de 18.000 dólares. Além disso, os EUA ainda têm uma vantagem significativa em termos de inovação tecnológica, com empresas como Apple, Google e Microsoft liderando a marcha em inteligência artificial, computação em nuvem e outras áreas emergentes. De acordo com um relatório da McKinsey⁶, os EUA investem cerca de 3% do seu PIB em P&D, enquanto os chineses, embora também estejam aumentando seus investimentos, ainda estão atrás nesse quesito.

No entanto, a China está rapidamente fechando a lacuna. O governo chinês implementou políticas agressivas pa-

ra impulsionar a inovação e a tecnologia, como a iniciativa *Made in China 2025*, lançada em 2015, cujo objetivo era o de transformar a manufatura chinesa em uma indústria líder em tecnologia avançada. Em sua contribuição sobre o papel da China, Jabbour e Gabriele⁷ apontam para o perfil peculiar da sociabilidade chinesa e para o Estado planejador como elementos fundamentais que explicam o crescimento e o desenvolvimento econômico de longo prazo chinês⁸.

Se é certo que há inúmeras contravérsias em torno do caminho escolhido pela China para alcançar seus objetivos de longo prazo⁹, por outro lado, é inegável que os investimentos em P&D têm sido exitosos em alçar aquele país ao posto de uma das maiores potências mundiais. Em texto recente, Roberts¹⁰ demonstra como a China vem ampliando a posição de seus ativos industriais e financeiros em relação ao resto do mundo – cerca de 18% do seu PIB – enquanto os EUA amargam, nesta mesma área, passivos na ordem de 76% do PIB. Isso certamente preocupa os operadores de política econômica da até então maior potência mundial.

Por esse motivo, aliado ao aumento da influência geopolítica chinesa, principalmente por intermédio de sua atuação junto aos Brics, Trump resolveu mudar unilateralmente as regras do jogo comercial global. A forma política da retaliação promovida pelo governo Trump ao Brasil foi emblemática. Ao tratar o Brasil como se fosse uma colônia, o presidente dos EUA abriu, uma vez mais, o flanco para o debate sobre o imperialismo e a dependência.

Historicamente, o imperialismo se expressou por meio de diversas formas. Porém, o caráter belicoso e turbulento do capitalismo, quaisquer que sejam as formas que este tenha assumido, é da sua própria natureza; e isso sobretudo porque o conduto pelo qual a vocação expansio-

nista do capitalismo se manifesta é a concorrência. Na concorrência não há como todos vencerem, o que implica a existência de uma história dos vencidos. Ao fim e ao cabo, uma história da dependência.

Geralmente, no campo da Teoria da Dependência, principalmente após a contribuição seminal de Marini¹¹, a questão é abordada a partir da noção de que as economias da periferia capitalista transfeririam parte da riqueza socialmente produzida para as economias centrais por intermédio do comércio internacional e da esfera financeira. Não tenho o objetivo de refutar este argumento. Trata-se de uma rica contribuição, pois além de conseguir captar elementos que explicam as relações comerciais e financeiras entre economias com diferentes níveis de desenvolvimento, ela também conferiu um arsenal teórico para que toda uma geração de intelectuais pensasse em formas pelas quais a periferia capitalista pudesse romper com esta lógica.

Não obstante, creio que um outro aspecto é determinante para a materialização da dependência: a produção diferenciada de riqueza. Caminhando para um plano mais teórico, o que busco defender é que a origem do impulso imperialista, de um lado, e da condição de dependência, de outro, se localizam no domínio da concorrência entre economias com centros mais dinâmicos de acumulação e que produzem a mesma classe de mercadorias. Mais especificamente, creio que as raízes do imperialismo e da dependência remetem a capitais – na prática transnacionais, todavia personificados na figura de capitalistas com nacionalidade definida – que buscam criar riqueza e obter lucros extraordinários.

Nesse diapasão, não há outro caminho para as economias senão o de buscarem incessantemente a transformação de seus trabalhos nacionais em trabalhos mais intensos e produtivos, afastando-se da in-



tensidade e produtividade média. Isso porque trabalhos mais produtivos criam, em um mesmo espaço de tempo, uma soma maior de riqueza social do que aquela produzida por trabalhos menos produtivos. Como criar riqueza extraordinária é a finalidade última, não há outra alternativa senão a de perseguir aquele objetivo.

Isso compreende a adoção de métodos de trabalhos mais eficientes e eficazes, orientados para reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias. Como o preço de mercado é definido socialmente, isto é, leva em consideração as condições médias de produção, além de fatores como a oferta e a demanda, ao operarem com produtividades acima da média, os capitais e economias líderes conseguem fixar preços de venda abaixo do que aqueles comumente praticados pelo mercado, posto que economizaram tempo de trabalho.

Se produzir mais mercadorias em menor espaço de tempo enseja a redução dos preços, por outro lado preços mais baixos atraem quantidades maiores de consumidores. Supondo que todas as mercadorias são vendidas pelo preço de venda, o que, grosso modo, equivale supor uma total compatibilidade entre a oferta e a demanda, os capitais e economias que revolucionam a produção e aplicam métodos aperfeiçoados de trabalho elevam a sua participação no mercado e realizam um lucro extraordinário. Isso os habilita a ampliar a vantagem na disputa concorrencial.

Em um mercado mais acirrado, no qual os capitais concorrem a partir de condições individuais relativamente homogêneas, os métodos revolucionários tendem a generalizar-se, de modo que os lucros extraordinários e o aumento da participação de mercado que o barateamento da produção engendra se tornam temporários. Todavia, em mercados nos quais as condições individuais de cada concorrente são significativamente desiguais, pe-

quenas revoluções das forças produtivas são capazes de alavancar significativamente, e por um período relativamente longo, as vantagens econômicas daqueles que lideraram o processo.

No plano mundial não é diferente. Economias nacionais mais produtivas conseguem deter a governança das cadeias globais de valor e, com isso, colocam-se na fronteira tecnológica da produção. Estar nesta posição significa garantir acesso a fontes de matérias-primas que suas concorrentes não acessam, atrair força de trabalho qualificada para trabalhos complexos, aplicar tecnologia de ponta no processo produtivo, baratear os produtos e, por fim, ampliar a participação no mercado. Sinteticamente, significa produzir riqueza extraordinária em relação aos seus concorrentes e, com isso, obter vantagens econômicas e políticas fundamentais para levar adiante as pretensões imperialistas.

A vocação expansionista do capitalismo encontra sentido na concorrência. Ali, buscar aumentar a produtividade é condição de existência para os capitais e economias concorrentes. No entanto, quanto mais uma economia se diferencia, em termos de produtividade do trabalho, na produção de riqueza, maior é sua aptidão para personificar a faceta expansionista do capitalismo. Consequentemente, maior é o impulso imperialista.

Isso me leva a concluir que é no seio da concorrência entre as economias mais desenvolvidas que o impulso imperialista se desenvolve. Afinal, a manutenção da posição de liderança da produção global requer a busca frenética pelo barateamento dos preços dos bens e serviços produzidos, o que, por sua vez, exige o acesso a novas fontes de energia e de matérias-primas, bem como o acesso irrestrito aos recursos naturais presentes em diversos territórios.

Ora, se essa busca se efetiva na prática, e tem de efetivar-se, então economias que concorrem em condições desvanta-

josas, sejam desvantagens de natureza política, econômica ou até mesmo militar, tornam-se alvos da sanha imperialista. É aí que a condição de dependência se materializa.

Atualmente, é isso que temos visto na cruzada de Donald Trump contra o resto do mundo. A disputa com a China pela liderança da produção global fez com que os EUA lançassem mão de uma guerra tarifária. Esta, todavia, não se restringe a um rearranjo das relações comerciais. No que se refere à concorrência com a China, as tarifas têm como objetivo estimular investimentos na produção interna de bens e serviços que deixaram de ser produzidos nos EUA, e, por conseguinte, a elevação da intensidade e da produtividade do trabalho estadunidense. Em síntese, o objetivo é alavancar a criação de riqueza social extraordinária internamente.

No entanto, a disputa pela hegemonia global também compreende uma disputa acirrada pelo controle de novas fontes de matérias-primas, como as terras raras ucranianas¹² e brasileiras¹³, por exemplo. No caso das tarifas lançadas contra os produtos brasileiros, está claro que os EUA buscam uma forma de acessar as terras raras brasileiras, capazes de suprir boa parte das necessidades de produção de baterias e outros componentes estratégicos nas cadeias globais de valor.

Em um cenário tão ameaçador, em que imperialismo e fascismo caminham de mãos dadas, a defesa da soberania nacional passa não apenas pelo fortalecimento de blocos econômicos alternativos. Ela depende da construção de uma estratégia política capaz de aglutinar os trabalhadores em torno de um programa que unifique a questão nacional com a melhoria das condições de vida da população. Em outros termos, pela construção de um programa nacional-popular.

** É doutor em Economia pela UFF e professor auxiliar na Universidade Estácio de Sá.*